


5



VIVA O COMUNISMO!

Numero 1
Fev.-Março 1970

jornal teórico dos Comités Comunistas Revolucionários
Marxistas-Leninistas

AS ELEIÇÕES DA BURGUESIA E AS TAREFAS DO PROLETARIADO

AS ELEIÇÕES SÃO UMA ARMA DA BURGUESIA

À primeira vista pode parecer que não, mas para um governo burguês as eleições são um importante auxiliar: em primeiro lugar, servem de sondagem que permite aos governantes determinar de um modo mais ou menos seguro até que ponto os trabalhadores estão — ou começam a deixar de estar — dispostos a sofrer a exploração, a miséria e a opressão; depois, dão aos governantes a possibilidade de concretizar, na prática, alianças projectadas com outros sectores políticos da burguesia; servem também de máscara com que o governo se apresenta à opinião pública estrangeira, depois de obtida a "esmagadora maioria" de não sei quantos por cento, a qual a burguesia sempre invoca quando se trata de provar a "legalidade" da sua ditadura; além de tudo isto, o governo conta com o acto eleitoral para mistificar os trabalhadores, tentando convencê-los de que, pelo voto, podem fazer ouvir a sua voz e de que as suas opiniões são tomadas em conta.

(continua)

As eleições são uma arma da burguesia, não há regime burguês que as não empregue: usou-as a monarquia constitucional, usou-as a república; democráticos ou fascistas, todos os governos burgueses apresentam as eleições como a origem do seu poder e dizem que delas provem a sua legalidade. Também Hitler usou as eleições e durante o nazismo o povo alemão ia periodicamente votar; e, no entanto, Hitler tinha os campos de concentração e as torturas, a Gestapo, as SS, um regime de terror como até então nunca se vira. Mas isso não lhe bastava e as eleições eram o meio ideal para ir deitando um pouco de poeira nos olhos dos trabalhadores do seu país.

Os demócratas burgueses, ao atacarem o terror nazi, contrapondo-lhe a defesa do regime parlamentar e do sufrágio, esquecem sempre um "pequeno pormenor": em qualquer governo da burguesia, as prisões, o terror e as torturas são inseparáveis das eleições, cobertura "democrática" desse terror. E não há nenhuma contradição nesse facto: do mesmo modo que um governo burguês controla a sua polícia, controla os seus actos eleitorais. Senão, vejamos: quem decreta a lei eleitoral, quem determina aqueles que podem votar e os que o não podem fazer? Quem detém nas suas mãos toda a máquina de propaganda, os jornais a rádio e a televisão, quem possui as escolas de instrução primária, os liceus e as universidades, onde um sistema de ensino reaccionário tem como objectivo afastar os trabalhadores da cultura, mantê-los na apatia e criar quadros que sirvam o fascismo? Quem dispõe de tempo para se reunir à vontade, de salas para o fazer, de automóveis para se deslocar? Mas para além desta desigualdade básica, que assegura sempre a vitória eleitoral da burguesia, há toda uma actividade paralela: ameaças, rusgas, proibições, a falsificação dos votos. E se apesar de tudo isto a burguesia

tiver medo do acto eleitoral, então ela tem as policcias, o exército, as prisões; e ao empregar o terror, a burguesia fá-lo com as mesmas palavras com que inaugura uma campanha eleitoral -- tudo se realiza em nome da "liberdade" e da "ordem", isto é, da liberdade e da ordem burguesas.

A burguesia não combate só com uma arma, luta com todas as que possui; eleições e repressão são armas diversas, empregam-se em diferentes alturas e de modos diferentes, ou combinam-se num mesmo momento, mas o fim é um só: manterem a ditadura da classe burguesa sobre os trabalhadores.

UM COMUNISTA E AS ELEIÇÕES DA BURGUESIA

Em todos os terrenos nós combatemos a burguesia, mas a forma desse combate depende dos campos e das circunstâncias. Nas democracias burguesas, o proletariado pode geralmente gozar de uma certa liberdade de expressão e de organização, que, embora sempre limitada e pouco duradoura, lhe permite no entanto concorrer às eleições independentemente dos partidos burgueses e pequeno-burgueses. Nesse caso, concorrendo às eleições, os comunistas fazem-no não para se integrar na máquina governamental da burguesia, mas sim para denunciarem essa máquina, para desmascaram por dentro as manobras parlamentares, para mostrarem à classe operária e a todos os trabalhadores que o poder de Estado não se conquista com votos mas sim de armas na mão.

Mas não é este o caso em Portugal, em que os comunistas são perseguidos, em que as nossas organizações trabalham na clandestinidade, e onde portanto é impossível ao proletariado concorrer separadamente às eleições, demarcando-se de qualquer partido, grupo ou tendência

da burguesia ou da pequena-burguesia. Em Portugal, colaborar nas eleições significa votar numa ou noutras dessas tendências burguesas, fazer o jogo da burguesia e ir a seu reboque. É evidente que a oposição burguesa apela para os trabalhadores para que, com os seus votos, possa ter um ou dois lugares no parlamento. Mas a obrigação dos trabalhadores, a tarefa dos comunistas revolucionários portugueses não é a de servirem de palanque para a ascensão da burguesia, mas sim a de combaterem essa burguesia, qualquer que seja a forma sob que se apresente.

Quer isto dizer que, no nosso país, os trabalhadores se devem alhear das eleições, não lhes atribuindo nenhuma importância? Pelo contrário: as eleições, arma da burguesia, devemos transformá-las numa arma do proletariado, analisando as suas peripécias e os diversos grupos que nelas se combatem, vendo de que modo os diferentes sectores da burguesia defendem os seus interesses e de que maneira nós os devemos combater. Não votar, mas conduzir uma campanha activa de denúncia das eleições, mostrando que elas não passam de uma ratoeira da classe burguesa — é esta a posição de um comunista face às eleições da burguesia portuguesa.

Vejamos, por isso, em que circunstâncias se desenrolaram as passadas eleições, a que necessidades fundamentais da burguesia elas corresponderam, como se agruparam os diferentes sectores da classe burguesa, quais os interesses particulares de cada um desses sectores e quais os seus interesses comuns. Esta análise dar-nos-á um retrato mais perfeito dos nossos inimigos, permitindo-nos, portanto, um caminho mais seguro para a vitória.

NAS ENCRUZILHADAS DA BURGUESIA...

No nosso país, os princípios deste século viram um desenvolvimento fabril muito limitado, um enorme atraso na mecanização e, na maior parte dos sectores, poucas unidades industriais de tamanho considerável. A produção de tipo artesanal era ainda suficientemente importante para — um exemplo entre tantos outros que se podiam escolher — no distrito de Braga, em 1916-17, o trabalho domiciliário na indústria do linho empregar mais de 100 mil pessoas (1). O proletariado nascente tinha um grau de concentração ainda reduzido: em 1911, do total dos trabalhadores industriais, só 20% exercia a sua actividade em estabelecimentos fabris com mais de 10 operários (2). O proletariado estava assim estreitamente ligado a uma vasta pequena-burguesia, cuja influência política e ideológica sofria profundamente. Conduzidos por uma pequena-burguesia forçosamente oscilante e de curtas vistas políticas, que se limitava a proclamar como objectivo uma vaga distribuição das riquezas, os combates dos trabalhadores contra a grande burguesia, se eram suficientemente violentos para que esta os receasse, eram demasiadamente mal conduzidos, perdiam-se em reivindicações de puro interesse imediato, sem serem capazes de determinar uma linha política própria do proletariado, uma política comunista. Suficientemente fortes para que a burguesia os receasse, mas demasiadamente fracos para poderem vencê-la, os trabalhadores vão ser derrotados no ataque maciço que contra eles conduziu o grande capital, e que teve a expressão no golpe militar de 28 de Maio de 1926. No fundo, esta foi a primeira grande derrota das tendências pequeno-burguesas dominantes no proletariado português e que se exprimiam politicamente, na altura,

VEN
PcR.
Pág. 10

pelo anarquismo, pelo radicalismo republicano e pelo anarco-sindicalismo.

Mas, para conduzir a sua luta de classe contra os trabalhadores e para erguer o Estado burguês em novos moldes, em moldes fascistas, a burguesia teve de se unir e de limitar temporariamente os conflitos de interesses dos seus diversos sectores. Face à ameaça das classes trabalhadoras, e graças à errada política por elas seguida, a grande burguesia pôde implantar sólidamente o seu regime. Económicamente, esse regime baseava-se na aliança entre os grandes proprietários fundiários, senhores de uma terra que exploravam de modo primitivo e praticamente sem máquinas, o grande capital bancário e comercial, e uma indústria ainda nascente e cuja voz era na altura pouco poderosa. Politicamente, esta base de classe do fascismo português exprimiu-se na aliança entre os republicanos de direita e do centro e os monárquicos. Foi Salazar o obreiro de tal aliança, e é esse o seu papel histórico. Com os partidários de uma monarquia tradicionalista e com os homens da direita e do centro da república parlamentar, Salazar lançou as bases políticas, jurídicas e policiais do regime fascista.

Mas é bom de ver que uma coligação entre os grandes proprietários agrários, defensores de uma exploração atrasada e primitiva, e uma indústria ainda nascente mas que forçosamente crescerá e evoluirá num ritmo cada vez mais acelerado, seria sempre uma coligação instável e cujas partes entrariam em conflito à medida que se desenrolava a evolução económica. É a grande indústria capitalista que marca o ritmo desse desenrolar e por isso é ela que detém cada vez mais no nosso país a iniciativa política. Neste momento, é o atraso na exploração agrícola o primeiro obstáculo ao desenvolvimento da

indústria capitalista nacional. A concorrência da indústria estrangeira é um pesado factor, acrescido ainda pela participação de Portugal na EFTA, que obriga a diminuição das pautas aduaneiras; até agora, a indústria capitalista portuguesa tem sustentado essa concorrência mantendo o baixo nível dos salários; foi um remendo que nada remendou porque nasceram duas outras dificuldades: primeiro, a fuga dos trabalhadores para o estrangeiro, onde os salários são mais altos, provoca uma cada vez maior escassez da mão-de-obra, grave problema para os nossos capitalistas; depois, mal remunerados, os trabalhadores, que constituem 75% da população do nosso país, têm um frágilíssimo poder de compra, o que faz com que o mercado interno não absorva a produção da indústria nacional a qual, pela sua baixa qualidade, é uma má concorrente nos mercados estrangeiros. Para esta grave situação, a burguesia portuguesa só tem uma saída: a industrialização da exploração agrícola, que permita um aumento dos salários e, portanto, um aumento da capacidade de compra dos trabalhadores, e que vá possibilitar uma maior venda de produtos no mercado interno. Cupertino de Miranda, um dos maiores capitalistas portugueses, presidente do conselho de administração do Banco Português do Atlântico, disse-o muito claramente: "O nosso país atravessa neste momento uma fase de evolução económica e promoção social que deverá implicar a transformação da sua economia, tradicionalmente de predominância agrária, numa outra de tipo industrializado" (discurso de 6 de Junho de 1969).

É este problema económico fundamental que determina hoje toda a política da burguesia portuguesa. Já nos últimos anos do governo de Salazar tal problema se fazia sentir agudamente e diversas medidas tinham sido tomadas tendentes a resolvê-lo. Mas não tinha ainda sido

encetada, de uma maneira sistemática, a política que poderia conduzir à industrialização da exploração agrícola e ao novo salto em frente com que sonha a burguesia industrial do nosso país. Oportunamente caiu o ditador da sua cadeira, e a sua morte política veio permitir ao sucessor atirar-se com unhas e dentes a esta tarefa. O papel de Marcelo Caetano é, portanto, o de criar para o regime uma nova base social que possibilite a industrialização da agricultura e a modernização (entenda-se: modernização capitalista) de todos os sectores da vida económica.

"Estamos numa viragem muito grave da agricultura" disse Marcelo no discurso de 9 de Abril de 1969 "a lavoura acha-se em vias de deixar de ser aquela actividade tradicional (...). Cada vez mais a agricultura tem de se aliar à indústria. E, como o dentista que antes de uma extracção dolorosa tenta acalmar o doente: "Claro que a agricultura luta com grandes dificuldades. Estava habituada a métodos rotineiros e a dispôr de mão-de-obra abundante e barata. Agora teve de adoptar novos métodos, procurar novas culturas, mecanizar-se, para suprir a falta de trabalhadores. É todo um esforço que faz gemer os agricultores. Esforço doloroso, mas que vai passar mais depressa do que se pode supor" (entrevista com "O Estado de S. Paulo", Março de 1969).

Esta evolução da economia capitalista portuguesa constitui uma tarefa política complicada porque têm de se estabelecer novas alianças, sem quebrar as antigas. "Elevar rapidamente a capitação dos rendimentos" diz o Parecer das Contas Gerais do Estado de 1967, "e distribuí-los com equidade é hoje um problema fundamental que só pode ter solução adequada se houver equilíbrio nas medidas a tomar, tranquilidade e paz nos es

piritos e nas ruas e devoção firme e inalterável à causa pública". A "paz nos espíritos e nas ruas" garantem-na a Pide, a Guarda Republicana, as prisões, meios já bem conhecidos e experimentados. Mas isto não basta. Para prosseguir os seus novos rumos, os grandes industriais portugueses necessitam do acesso directo aos mecanismos do poder, necessitam de infra-estruturas económicas e legislação coerentes com os seus projectos; para isso, os seus técnicos (advogados engenheiros, economistas) que já lhes estão ligados e subordinados economicamente, poderão ser-lhes mais úteis ainda do que como meros técnicos trabalhando nas fábricas, nas agências de publicidade, nas empresas comerciais ou em organismos de gestão. Se esses técnicos ocuparem posições decisivas nos vários escalões da administração portuguesa serão as correias de transmissão dos desejos dos industriais mais avançados dentro do governo — poderão ser criadas as leis adequadas ao desenvolvimento comercial acelerado, ser preparada a infra-estrutura (transportes, formação profissional, por exemplo); ser controlada a expansão dos rendimentos necessária à expansão do mercado interno. Estes técnicos estão, na sua maioria, nas fileiras social-democratas; a sua participação nas tarefas governamentais é fundamental para a expansão da burguesia industrial portuguesa. Eis uma das razões da aliança política do governo com a social-democracia: para esta "elevar rapidamente a capitação dos rendimentos e distribuí-los com equidade". É sem dúvida um bom programa para um grupo político burguês.

Situação delicada, porque a classe operária é hoje muito mais forte do que em 1926 e qualquer passo em falso que a burguesia de poder ter, para ela, graves re

percussões. Assim, e em virtude da evolução da situação económica, toda a política de alianças do governo de Marcelo obedece a um duplo objectivo: por um lado, estabelecer e solidificar a aliança com a social-democracia de Mário Soares, que lhe trará o apoio e a colaboração dos tecnocratas e intelectuais liberais; por outro lado, manter a aliança com os latifundiários e com os sectores políticos mais tradicionalistas do regime, que controlam a maior parte do aparelho repressivo e das forças armadas, garantia da "paz nos espíritos e nas ruas" necessária para o desenvolvimento da indústria capitalista portuguesa. Jogando entre estes dois sectores, o governo de Marcelo será obrigado, na procura de um equilíbrio, a fazer desvios bruscos, saltos em frente ou rápidos recuos. Compete aos marxistas-leninistas, de posse da compreensão global da situação, analisar cada momento particular da política da burguesia e dar-lhe o verdadeiro significado.

...PERDEM-SE OS REVISIONISTAS

Os revisionistas de Álvaro Cunhal, tendo abandonado por completo o método marxista, são incapazes de analisar a origem económica das situações e, por isso, transformam toda a vida política em manobras de corredor. Para eles, a actividade de Marcelo obedece, não a necessidades fundamentais da burguesia, impostas pela sua evolução económica, mas a um diabólico desejo de enganar a "oposição", e os vai-e-vem da política governamental não são o resultado de uma aliança que se procura com a tecnocracia social-democrata e de outra aliança que se esforça por manter com os latifundiários e os sectores tradicionalistas, mas manobras de

vidas a uma "completa falta de escrúpulos" (discurso de Cunhal na Rádio Portugal Livre em 16 de Outubro de 1969). Incapazes de compreender as leis que regem a actualização política da burguesia, Cunhal, Vilarigues e os restantes dirigentes revisionistas ficam reduzidos a gritar "vitória" sempre que vêm Marcelo fazer aberturas à social-democracia, ou a vociferar "traição" quando o vêm, apoiado nos tradicionalistas e perante a passividade da burguesia social-democrata, lançar a repressão contra os trabalhadores. Joguetes dos acontecimentos, correndo atrás de ilusões e fugindo das realidades, no final de contas sempre a reboque da burguesia, eis tudo o que conseguem os dirigentes revisionistas!

A "liberalização" de Marcelo não é uma pura demagogia, não é uma invenção desprovida de conteúdo. Bem pelo contrário, essa "liberalização" tem um conteúdo muito real — significa o aumento das liberdades para a social-democracia dos tecnocratas interessados no desenvolvimento económico capitalista; significa a procura, o estabelecimento e a consolidação da aliança de Marcelo Caetano com o partido de Mário Soares. Para os trabalhadores, essa "liberalização", essa aliança entre Caetano e M. Soares significa a manutenção da repressão e o aumento da exploração económica. Mas isto nunca os revisionistas poderão confessar. Este duplo significado da "liberalização" — liberdade para a social-democracia burguesa, repressão para os trabalhadores — nunca poderá ser entendido por aqueles que, como Cunhal, negam a inconciliável luta de classes entre o proletariado e a burguesia. "O inimigo do povo e da nação é o mesmo: a ditadura fascista", diz o dirigente revisionista no discurso que citamos, tentando esconder que a luta fundamental não se trava entre o

fascismo de um lado e "a nação" de outro, mas sim entre a classe operária e a classe burguesa. Esforçando-se por pairar acima da luta de classes, procurando atenuá-la ou ocultá-la, Cunhal transforma o fascismo numa espécie de monstro caído do céu, em vez de dizer muito claramente que o governo fascista é um governo da burguesia e que a luta dos comunistas visa todas as formas de Estado burguês, e não só uma delas. E, nos seus anseios por defender os interesses da burguesia não-fascista, Álvaro Cunhal, que se pretende "dirigente comunista", lamenta que "a Assembleia Nacional nunca foi nem poderá ser um parlamento, enquanto a ditadura fascista existir" (ver o discurso referido). Mas será que o objectivo dos comunistas é o de transformar a Assembleia fascista numa outra modalidade de parlamento burguês? Mas será tarefa de quem se pretende "comunista" carpir as infelicidades da burguesia liberal — coitadinha, sem parlamento! — em vez de conduzir o combate contra a burguesia, a luta pela instauração da ditadura do proletariado?

A evolução da economia capitalista tem leis, e são essas leis que vão determinar os rumos da política. Mas para Cunhal isto é um mistério. Ele não procura nem descobre os motivos e as finalidades da actuação do governo de Marcelo; a necessidade da aliança do fascismo com a social-democracia (necessidade para ambas as partes) passa-lhe inteiramente despercebida, e por isso a sua análise da situação portuguesa é um emaranhado de contradições e incoerências, em que tão depressa se regozija com a boa-sorte dos seus aliados de ontem (Mário Soares & Ca.), como lamenta o facto de esses aliados o abandonarem. Entre o alto poleiro das suas ilusões e o marasmo do derrotismo, assim se partilha a activi-

dade política dos revisionistas; e à medida que a luta de classes se fôr agudizando, à medida que se colocarem frente a frente, cada vez mais nítidas, de um lado as forças do proletariado, do outro as forças da burguesia, os revisionistas de Cunhal, desesperados da unidade que sempre sonharam entre a burguesia e a classe operária, dilacera dos pelas convulsões internas, colocar-se-ão então definitivamente ao lado da classe burguesa contra os trabalhadores, ao lado da contra-revolução. Neste momento, Cunhal navega em grande maré de ilusões, levando a cegueira ao ponto de admitir que "não é de excluir ... que ... venha a ser possível a vitória 'eleitoral' da Oposição em tal ou tal distrito" (idem). A actual euforia dos revisionistas é um grande balão que o vento vai enchendo até o rebentar e o mostrar como na verdade é: oco e esfarrapado!

E como não é pelas ilusões de Álvaro Cunhal que os comunistas vão orientar a sua política, mas sim pelo estudo da realidade segundo o método marxista, segundo as leis da luta de classes — retomemos o nosso assunto: as eleições para deputados de Novembro passado.

QUEM VOTA E QUANTOS SE INTERES- SAM POR VOTAR?

Convém no entanto não exagerar a importância destas eleições. Se elas são um bom indicador do que se passa na vida política, limitam-se no entanto a dar um retrato da actividade política nos sectores da burguesia, e nesses exclusivamente. As leis fascistas reduzem as eleições a uma manifestação da classe burguesa. Para já, há a velha legislação, datando do princípio do regime, que permite aos governantes afastarem à vontade os candidatos que lhes não convenham,

sob o pretexto de "professarem ideias contrárias à ordem social estabelecida". Há, como dissemos atrás, a completa impossibilidade para a classe operária de apresentar listas e candidatos que defendam a sua política, a política comunista; qualquer candidato que se apresente às eleições só pode defender a política e os interesses da burguesia. E para o caso de tudo isto não ser suficiente, há a Pide e a Legião, ameaças, agressões.

Mas há muito mais. Não só os candidatos são seleccionados exclusivamente entre as diversas correntes políticas da burguesia, como também o povo trabalhador é afastado do acto eleitoral. Começemos por ver quem vota, quem pode votar. Segundo a nova lei eleitoral, são proibidos de votar todos os que não saibam ler nem escrever, e é concedido o voto às mulheres em igualdade com os homens. Esta última medida parece muito justa; na verdade seria justa se, com a autorização de votar, a mulher recebesse uma educação que a voltasse para a vida política, que a arrancasse à influência dos padres e das superstições religiosas, que lhe permitisse ver mais longe que as quatro paredes da sua casa. Mas não é isto que acontece; assim como a burguesia tem interesse em oprimir a classe trabalhadora, também tem interesse em impedir a emancipação das mulheres, em as afastar da política e dos problemas da vida real, em manter a sua actividade limitada ao triângulo cozinha-costura-filhos. E assim, dando à mulher o direito de votar, mas afastando-a da vida política, o governo de Marcelo está somente a aumentar o eleitorado reaccionário, porque é sabido que quem não sabe como votar, vota sempre em quem o governo manda. É este o verdadeiro significado do voto feminino num governo fascista.

Retirando aos analfabetos o direito de votar, o governo afasta

das eleições mais de 40% da população portuguesa. Com isto ataca principalmente os trabalhadores rurais e dá uma prenda suplementar aos grandes latifundiários, facultando-lhes uma mordalha para os seus trabalhadores: é sabido que as grandes propriedades rurais se situam predominantemente no Alentejo; ora é precisamente no Alentejo que o analfabetismo atinge também maiores proporções. Assim, por exemplo, em 1968, no concelho de Odemira, a percentagem de analfabetismo era de 95%; e no ano lectivo de 1966-7, no distrito de Beja, de toda a população só 10,2% frequentava um estabelecimento de ensino, com a agravante de que, de toda a população em idade escolar (isto é, entre os 5 e os 19 anos) só 40% frequentava a escola. Compreendemos melhor estas percentagens, sabendo que no distrito de Beja a percentagem dos trabalhadores assalariados na população activa agrícola é de 83%, e que 3% das propriedades ocupam 51% da superfície (3). Deste modo, o acto eleitoral afasta, logo de início, sob a desculpa de impedir os analfabetos de votar, a grande maioria dos trabalhadores e, dentro destes, a quase totalidade dos trabalhadores rurais e dos camponeses pobres.

Muito se falou sobre as limitações da lei eleitoral. Sábios advogados, candidatos democratas e seus sustentáculos revisionistas deram entrevistas e redigiram comunicados denunciando as particularidades da vigilância às urnas e as minúcias da cópia dos cadernos eleitorais. Altos problemas jurídicos se debateram. Mas nem uma voz se ergueu para condenar uma das bases mais reaccionárias das actuais eleições: a proibição dos analfabetos votarem, a recusa maciça aos trabalhadores rurais dos direitos de eleitor. Mais: a "oposição democrática" dá o seu apoio à legislação de Marcelo: "Somos decididamen

te pela negação do direito de voto aos analfabetos", declarou Costa Melo no II Congresso Republicano.

Ficam assim reduzidos os eleitores a um pouco menos de 20% da população portuguesa (segundo as declarações do ministro do Interior a 27 de Junho de 1969). E destes 20%, quantos manifestam um interesse activo em estarem inscritos nos cadernos eleitorais? Uma percentagem mínima: "Destes 1.816.148 eleitores só 27.998 requereram a sua inscrição", a admitirmos como certas as declarações do ministro do Interior no discurso citado. O que significa que, no actual recenseamento, de todos os cidadãos que podiam votar só 1,5% requereram, por iniciativa própria, a sua inclusão nos cadernos eleitorais. Esta falta de interesse pelas eleições transparece também na elevada percentagem de abstenções: 38%. No entanto, como o número dos votos e das abstenções sofre, com certeza, razoáveis modificações em virtude da falsificação governamental; e como, além disso, uma enorme percentagem dos votantes é arrebanhada até à urna pelo patrão ou pelo padre, pensamos que os números verdadeiramente esclarecedores sobre o interesse despertado pelas eleições são os citados anteriormente, referentes aos que requereram, por iniciativa própria, a sua inscrição nos cadernos eleitorais.

São burgueses a candidatarem-se, é uma enorme maioria burguesa a eleger, é uma pequena percentagem da burguesia a interessar-se activamente pelo acto eleitoral. Começamos assim por colocar as passadas eleições para deputados no seu verdadeiro pé: elas permitem-nos uma análise da vida política da burguesia e portanto um melhor conhecimento dos nossos inimigos e do modo de os vencermos. É este, e nenhum outro, o interesse dessas eleições para o proletariado. Estão tão redondamente enganados aqueles

que julgam que são candidatos burgueses que podem defender os interesses da classe operária. Pois já alguma vez se viu a burguesia querer o proletariado para mais alguma coisa senão para o explorar?!

UMA POLÍTICA DE UNIDADE: C.E.U.D.

(Dado o espaço limitado de que dispomos, e para não nos alongarmos demasiadamente, falaremos só das listas mais representativas, as que melhor revelam a movimentação dos diversos sectores da burguesia e o modo como esses sectores se exprimam na campanha eleitoral. Assim, limitar-nos-emos a referir a C.E.U.D., a U.N., a C.D.E. de Lisboa e a C.E.M.)

Falámos já da necessidade da aliança do fascismo com a social-democracia, das razões económicas de tal aliança e das suas consequências políticas. Vejamos agora como ela se tem processado na prática, e a importância das passadas eleições para a sua consolidação.

Mal subido ao poder, Marcelo enveredou decididamente pela única solução que permitiria a sobrevivência da burguesia portuguesa: a actualização das estruturas capitalistas do país e, para isso, o apelo aos tecnocratas e aos intelectuais, na sua esmagadora maioria arregimentados sob a bandeira da social-democracia. O primeiro passo nesse sentido foi mandar vir de S. Tomé o advogado Mário Soares, "leader" social-democrata. No entanto, como é bom de ver, o fascismo exige à social-democracia condições muito precisas para o estabelecimento dessa aliança: "Fez-se um esforço no sentido de permitir mais larga expressão das opiniões" disse Marcelo no discurso de 27 de Novembro de 1968, "procura-se chamar a colaborar com o governo todos os bons cidadãos deste País", mas — "é pre

ciso que os indivíduos que não que rem ver o seu país comunizado definam as suas atitudes". É o que, dez meses mais tarde, Albino dos Reis, vice-presidente da comissão central da União Nacional, repete, embora de uma forma bastante mais... delicada: "Se conseguirmos neste debate (as eleições) exhibir elegância de comportamento... teremos... realizado uma das condições base para ulteriores desenvolvimentos pacíficos de progressos sociais" (discurso de 27 de Setembro de 1969). Essa "elegância de comportamento", esse anti-comunismo é a garantia exigida pelo fascismo à social-democracia de Mário Soares.

Mas nem tudo são rosas e no interior do regime Marcelo encontra a hostilidade dos sectores tradicionalistas, nomeadamente do exército, para com a sua nova política — hostilidade tão notória que consegue até quebrar a unidade com que o fascismo apresenta geralmente a sua fachada. É o ministro da Defesa avisando que "os comandos de todos os escalões das Forças Armadas mantêm-se atentos e vigilantes, acompanhando e observando com frieza e sem emoção certas propagandas e certas actividades indisciplinadas que por aí andam e dispostos a garantir... a ordem e a paz social" (discurso de 31 de Dezembro de 1968). É o chefe do estado-maior, general Deslandes, que, no mesmo tom, lembra a Marcelo que este dissera ter "concluído não ser de considerar qualquer alteração na política traçada" por Salazar, e declarando "quanto é firme a determinação das Forças Armadas na sua defesa intransigente" (discurso de 27 de Setembro de 1969).

Mas Marcelo é uma raposa velha e um político hábil, que sabe tirar partido dessas demonstrações de hostilidade da parte dos sectores fascistas tradicionais. Encarecendo a sua aliança, insistindo na necessidade de um repúdio claro do

comunismo, promete no entanto à social-democracia que esta não será alvo da repressão; e depois, voltando-se para os tradicionalistas, demonstra-lhes que a Pide só, é insuficiente para conter os trabalhadores, que a repressão à classe operária será muito mais eficaz se tiver a colaboração activa da social-democracia que, com as suas falas mansas, procurará neutralizar um sector mais privilegiado do proletariado, a aristocracia operária. Vejamos como tudo isto se torna transparente com uma análise atenta dos seus discursos públicos: "Para muitas pessoas" diz Marcelo referindo-se aos sectores tradicionalistas, "o que o Governo tem a fazer é intensificar a acção da Polícia, endurecer a intervenção da censura, reprimir a todo o custo todas as actividades contrárias à ordem social. Claro que o Governo não deixará de cumprir o seu dever nessa luta. Mas pergunto (...) Pode o Governo sozinho doutrinar, impugnar, combater, enquanto os cidadãos interessados fazem pacatamente a sua vida e as suas digestões (...)? Será conveniente cultivar o comodismo, animar a preguiça e deixar correr a impreparação para a luta (...)" (discurso de 24 de Outubro de 1969). O que significa, posto a claro: se todos somos burgueses, porque havemos nós, os burgueses fascistas, de dispensar a ajuda deles, os burgueses social-democratas, na luta contra o inimigo comum — a classe operária, o comunismo? É esta a expressão política de uma aliança imposta ao fascismo pela evolução da economia capitalista, como vimos atrás.

Mário Soares e o seu partido integram-se perfeitamente neste jogo, e assim como Marcelo argumenta com a pressão dos tradicionalistas, para tornar mais cara a aliança prometida, também Mário Soares invoca essas manobras dos "ultras" para tornar mais desejada a colaboração da social-democracia e, até, para mos

tratar que, sem o apoio desta, o poder de Marcelo Caetano nunca se poderá firmar sòlidamente. Não é outro o sentido de declarações nos últimos tempos frequentemente repetidas. No "Diário de Lisboa" de 1 de Outubro de 1969, diz M. Soares: "...há que ter em atenção que o regime neste momento não é monolítico ...há forças que dentro do regime lutam pelo 'statu quo', e há outras que lutam por uma certa evolução. Eu penso que tudo quanto se faça no sentido de ajudar essa evolução é útil...". Ajudar a evolução do capitalismo português, apoiando Marcelo Caetano contra os tradicionalistas, é também a linha anunciada por José Magalhães Godinho na sua "Carta aberta ao presidente do conselho": "De resto, V. Exa. sabe também que muitos situacionistas ...são os seus piores adversários e detractores, com a agravante de o serem pela calada e de serem eles mesmos a denegrirem a pessoa de V. Exa. e as suas intenções. De quem V. Exa. se não pode queixar, pelo menos sem correr o risco de ser injusto, é da Oposição Democrática..." (3 de Outubro de 1969). E porque tem uma ideia nítida de que a sua aliança é hoje indispensável ao fascismo, Mário Soares, quando o momento é propício a um certo tom de violência verbal, lança o repto: "Precisamos de saber se o governo tem força para manter a ordem ou se está sujeito às pressões dos ultras" (sessão da C.E.U.D. de 17 de Outubro). Pois pôr em dúvida, públicamente, o seu poder e a sua capacidade de manobra política, não é uma maneira hábil de convidar Marcelo a acelerar a sua aliança com a social-democracia portuguesa?

Nem tão pouco se ilude Mário Soares com as razões fundas, com os verdadeiros motivos de tal reestruturação política da burguesia: "Neste momento", declara ele ao "Diário de Lisboa" a 30 de Setembro de

1969, "verifica-se que, apesar de tudo, tem havido na sociedade portuguesa um desenvolvimento económico que é atraso em relação à distância que nos separa dos países europeus, mas que é um certo crescimento. Ora esse crescimento postula, no meu entender, uma certa liberdade. E isso explica as contradições do novo regime, nesta fase histórica a que estamos a assistir. É justamente porque, para o progresso se poder delinear que se sente que é necessário uma maior liberdade (4), que nós estamos a presenciar um fenómeno extremamente curioso, neste momento: o do novo Regime querer fazer o desenvolvimento, mas pretender manter a ideologia e as estruturas políticas do passado --- que são contraditórias com esse próprio desenvolvimento. Isto, naturalmente, levar-nos-ia muito longe". Claro, senhor doutor, levá-lo-ia tão longe que parou por aí. Levá-lo-ia, por exemplo, a confessar que é o senhor e o seu partido que se propõem actualizar a ideologia da burguesia portuguesa, fazendo-a acompanhar o desenvolvimento económico capitalista; levá-lo-ia a confessar que é o senhor e o seu partido que se oferece para introduzir nas velhas estruturas políticas as necessárias modificações de forma a aperfeiçoarem o sistema de exploração dos trabalhadores, o sistema de repressão sobre a classe operária; levá-lo-ia a explicar que o crescimento económico de que o senhor e o seu partido falam é o crescimento da economia capitalista, que a liberdade a que se referem é a liberdade para a social-democracia ajudar na exploração do proletariado, a liberdade para, ao lado da burguesia fascista, encher as algibeiras com essa exploração. Mas isto nem o senhor nem o seu partido podem confessar. É certo, "levá-los-ia muito longe", levá-los-ia a desmistificarem-se diante dos trabalhadores que precisam de enganar, com cujo engano jogam, e à custa de

quem ascendem nas vossas alianças com o fascismo.

Postas por Marcelo Caetano as condições da aliança — o anti-comunismo, e compreendidas muito claramente pela social-democracia as necessidades e os objectivos económicos dessa aliança, resta-nos ver a resposta do partido de Mário Soares às aberturas anunciadas por Marcelo. Logo a 7 de Novembro de 1968, o advogado José Magalhães Godinho, reconhecendo "que o Presidente do Conselho vem para o Governo não para fazer a política dos democratas, mas sim a sua própria política", declara, referindo-se ao discurso de Caetano um mês e dez dias antes, que os sociais-democratas "poderão, pois, conceder o crédito pedido, se os actos vierem, como se espera, a confirmar a fala" (em "Falar Claro"). E é este mesmo advogado, que parece ser o porta-voz do partido de Mário Soares quando se trata das questões de unidade com o fascismo, quem proclama que para a social-democracia a campanha eleitoral "é um acto cívico, é um acto político sim, mas pacífico, leal, honesto, pois mostra que é por meios constitucionais, e não de violência, que se pretende evoluir, modificar" (em "Concepções diferentes", 4 de Julho de 1969). Este respeito pela constituição fascista foi uma garantia suplementar que logo os social-democratas se apressaram a trazer como prova das suas boas e burguesas intenções.

Daqui em diante já as cartas estão lançadas, já o jogo é conhecido, as manobras não oferecem mais mistérios. É a inclusão nas listas da C.E.U.D. de marcelistas disfarçados, fascistas vindos do Integralismo Lusitano, como Sousa Tavares. É a defesa de uma "reforma agrária" que cuidadosamente se não explica qual é, "cujo alcance, processo e conteúdo real os economistas terão de precisar e definir, ponderando

a opinião dos interessados" (Mário Soares, 15 de Abril de 1969), isto é, uma reforma capitalista da agricultura, uma industrialização da lavoura, estudada e orientada pelos tecnocratas da social-democracia, depois de ouvida "a opinião dos interessados" patrões. E é, acima de tudo, o objectivo do partido de Mário Soares nesta etapa: obter o seu reconhecimento legal. Dí-lo claramente Sousa Tavares, a encerrar a campanha eleitoral: "Queríamos, porque não dizê-lo?, abrir caminho à fundação de um partido..." (na sessão da C.E.U.D. de 23 de Outubro). Abrir caminho? Já o governo o entreabriu autorizando a realização do Congresso Republicano (Maio de 1969), permitindo a Mário Soares a divulgação de comunicados conjuntos com um social-democrata espanhol (31 de Maio de 1969), permitindo-lhe a ida a Inglaterra para participar no congresso da social-democracia internacional (Junho de 1969), prometendo-lhe, pela voz de Melo e Castro, presidente da comissão executiva da União Nacional, a realização de debates públicos entre o dirigente fascista e o dirigente social-democrata (ver a conferência de imprensa da União Nacional, em 20 de Outubro de 1969). Mas por enquanto o governo só entre abre portas. E Mário Soares queria vê-las abertas de par em par. Para isso, mostrar-se-á cada vez mais ferrenho no seu anti-comunismo ou, para empregar a linguagem amável dos "políticos", cada vez mais "elegante de comportamento".

Foi este, para o partido de Mário Soares, o verdadeiro significado das passadas eleições. A aliança da social-democracia com o fascismo saiu já do vago campo das promessas mútuas, começou a efectivar-se na prática. Que a contagem dos votos lhe desse muitos ou poucos, não é para Mário Soares o fundamental. É verdade que, se o resultado da votação lhe tivesse sido mais favorável, ele poderia encarecer a sua aliança

e tentar pressionar Marcelo Caetano, invocando o "apoio popular" expresso nas eleições. A pequena percentagem de votos obtida pela C.E. U.D. não lhe permite tal manobra. Mas trata-se de uma peça secundária no jogo político da social-democracia, e o facto de a manobra ficar sem efeito em nada altera o fundamental da política de Mário Soares. Não lhe serviam estas eleições para obter votos dos eleitores, mas sim para conquistar a confiança do fascismo de Marcelo. E os próximos meses serão a prova dos nove do que dizemos.

OUTRA POLÍTICA DE UNIDADE: UNIÃO NACIONAL

Mas se a aliança com a social-democracia está assegurada a Marcelo pelo servilismo do partido de Mário Soares, as maiores dificuldades de momento surgem da banda dos tradicionalistas do regime. Desde a sua remodelação que a União Nacional pretendeu enquadrar a ala direita da social-democracia sem com isto afastar os sectores ultra-conservadores, conquistar a adesão de uma indústria capitalista desejosa de um rápido aumento nos seus lucros, mas sem romper a adesão dos latifundiários com lucros e valores já sólidamente estabelecidos — "dar satisfação quer aos que conservam o bem já conquistado, quer aos que promovem a necessária aceleração do progresso" (do progresso capitalista, claro), para empregar as palavras do comunicado da União Nacional de 30 de Setembro de 1969 (sublinhados originais). Até agora, não se pode dizer que essa união tenha tido grande êxito.

A remodelação dos quadros do partido fascista em Dezembro de 1968 provocou descontentamentos suficientemente graves para darem

origem à apresentação, em Braga, de uma lista fascista independente. Dos nomes que subscreveram essa lista, dezasseis foram tornados públicos nos jornais diários; desses, 9 eram de ex-membros do governo, da administração e da União Nacional, afastados dos seus lugares pela nova política de Caetano. Foi uma lista de pouca dura, que rapidamente desistiu e que se manteve durante a sua curta vida num razoável silêncio. Mas a sua importância está na sua própria existência e não no que disse ou deixou de dizer. E que esta dissidência constitui um grave sintoma, mostra-o bem a violência com que o "Diário da Manhã", órgão da União Nacional, atacou a lista dos "nacionalistas independentes": "Toda a divisão que se pretende ou se esboce dentro da frente dos que defendem a integridade da Nação é, pura e simplesmente, um acto de traição ... É traição — e como tal deve ser tratada ... os traidores acumulam com a infâmia deste nome o peso da estupidez" (23 de Setembro de 1969). As manobras de corredor, as pressões de gabinete, conseguiram, por ora, atenuar a cisão. Mas é essa mesma cisão que transparece, apesar de todos os esforços para a encobrir, no seio da própria União Nacional.

O nazi Francisco do Casal-Ribeiro, representante das forças ultra-conservadoras, ex-membro da comissão executiva da União Nacional, obrigado a demitir-se quando da ascensão de Marcelo ao poder, inventando uma força que se lhe escapa, discursa: "Afirmo que para me tornar candidato a deputado à X Legislatura da Assembleia Nacional não tive que me declarar pela chamada 'liberalização' do regime" (sessão de 5 de Outubro). Mas outras vozes afinam por outros tons, mais contemporâneos, voltando costas à tradição salazarista, seduzidos por um capitalismo moderno, por uma actualização dos lucros. "Eu estava di

vorciado do regime" diz Costa Carvalho, "e como eu, muitos. Contra ele tinha apontadas todas as minhas setas ... Porém, surgiu um homem no lugar próprio, na altura oportuna" (sessão de 23 de Outubro, na Figueira da Foz). A este "lugar próprio", a esta "altura oportuna" há já quem dê um novo nome: "Se o resultado das eleições for o que desejamos, poder-se-á proclamar que começou o regime de Marcelo Caetano" (Miller Guerra, sessão de 23 de Outubro, em Lisboa). O regime de Caetano será a época das novas alianças do fascismo português, as quais Cazal-Ribeiro e o seu grupo — o grupo do antigo jornal nazi "Agora" — expressamente declaram não apoiar. Ponte entre uma e outra tendência, a União Nacional esforça-se por manter o equilíbrio de ambas. É este o ponto mais difícil da actual política de Caetano. Ao dispensar Franco Nogueira para a Assembleia Nacional, Marcelo implicitamente confessa que a situação é delicada e que exige um homem que constitua o meio termo entre as duas tendências, com o prestígio suficiente e a habilidade e a experiência diplomática que lhe garantam a manobra entre os diversos grupos.

As reticências dos sectores tradicionalistas ameaçam converter-se numa oposição cada vez mais sistemática. Se os sintomas deste facto já foram claros durante as passadas eleições, muito mais notórios se tornarão no decurso dos quatro anos da actual assembleia. No seu discurso de 24 de Outubro de 1969, Marcelo aludiu muito claramente, e muito rancorosamente, a "certos bem-pensantes ... que por se julgarem muito inteligentes ou muito patriotas negam a quem governa inteligência e patriotismo"; e, face à presumível abstenção desses sectores ultra-conservadores, declara: "Que os adversários dessa política (a política colonial do governo) votem

contra, já o esperamos. Que os que a apoiam não votem com o Governo, isso não se compreende. Pior do que tudo será a abstenção".

Amúos passageiros, é certo, mas que não deixam de ser importantes. Marcelo não quebrará a aliança com os tradicionalistas, nem estes romperão a aliança com Marcelo, mas depende da solidez dessa ligação o progresso da aliança do fascismo com a social-democracia de Mário Soares. Será neste quadro, e obedecendo às necessidades do seu desenvolvimento económico, que a burguesia portuguesa jogará as cartadas da sua política.

UMA UNIDADE COM OS PÉS PARA A COVA: C.D.E.

Aparentemente activa e vigorosa, a C.D.E., considerada por muitos como o "fenómeno novo" desta campanha eleitoral, é na realidade o modelo mais antigo da política pequeno-burguesa, que vê agora acentuadas as suas contradições em virtude da política geral da burguesia. A Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa não passou de um arranjo momentâneo, de uma unidade instável, entre diversas tendências burguesas liberais e pequeno-burguesas, de início esperanças em aproveitar as migalhas da aliança entre Marcelo e a social-democracia, e finalmente desiludidas pela atitude pouco conciliatória que Mário Soares mostrou para com todos os que lhe pudessem prejudicar, por pouco que fosse, a aliança com o fascismo. Isolada daquele com quem sempre tinha feito a unidade, a C.D.E. vê o agravamento das suas contradições; colocada "à esquerda" de Mário Soares, mas tão reaccionária como ele, foi obrigada a suprir a falta de fundo por uma violência verbal cada vez maior.

Assim, enquanto que o seu Programa e todos os seus documentos eram

de uma extraordinária moderação, os seus discursos eram inflamados e aparentemente violentos. Pretendia o Programa evitar a luta de classes, estabelecer a harmonia social entre o patrão e o operário — sonho doirado da pequena-burguesia que sabe que na luta de classes será ela a primeira a ser derrotada, em virtude da sua posição centrista e oscilante entre a burguesia e o proletariado. E para tentar evitar a luta de classes, para atenuar o conflito entre os explorados e os exploradores, a tática da pequena-burguesia é sempre a mesma: obter, através da demagogia dos discursos, o máximo apoio dos trabalhadores, tentando canalizar a sua acção num sentido reformista e pacifista; conquistar, pela moderação do seu programa, a boa-vontade dos governantes, a quem imploram uma representação parlamentar e a concessão de alguns direitos políticos. Como o fascismo sabe que a pequena-burguesia é um excelente freio do proletariado, pode, quando isso lhe convier, entrar no jogo, utilizando os partidos ou os grupos pequeno-burgueses para dirigir num sentido reformista os movimentos crescentes da classe operária. Esta política de duas caras da pequena-burguesia é a consequência evidente da sua posição de classe entre a burguesia e o proletariado. Mas é essa política altamente contraditória que impede os partidos pequeno-burgueses de manterem uma posição firme e que os transforma sempre em instrumentos da grande burguesia na sua luta contra os trabalhadores. E à medida que cresce a luta de classes entre o proletariado e a burguesia, aumentam por isso mesmo as contradições da política pequeno-burguesa, que vê a prática destruir os seus sonhos de conciliação entre as classes. Em Portugal, esse acentuar das contradições da pequena-burguesia exprime-se claramente no contraste, já

focado, entre a demagogia dos seus discursos e a moderação do seu programa. Os discursos foram ouvidos por muita gente, muita gente falou deles. Vejamos nós, agora, o programa:

Diziam-se "socialistas", homens de esquerda, revolucionários quase — mas em vez da socialização da propriedade propunham "impôr aos lucros a função social que lhes compete" (comunicado de 16 de Outubro), uma espécie de capitalismo "humanitário" e lamuriento que só serve para enganar a classe operária e fazer rir os capitalistas. Pois não é tentar enganar os trabalhadores dizer que, no nosso país, "o processo de industrialização andou alheado de objectivos humanos"? (Programa, pag. 37). No nosso país, como em qualquer outro, a industrialização capitalista tem objectivos humanos capitalistas, isto é, procura aumentar a riqueza e o bem-estar das classes possuidoras, à custa da exploração e da miséria das classes trabalhadoras. Dizer que o processo industrial capitalista pode beneficiar a classe operária, falar de "objectivos humanos" em abstracto, é tentar interessar o proletariado no desenvolvimento económico da burguesia, para fazer o operário trabalhar com mais boa-vontade ao serviço dos seus inimigos de classe e deixar-se explorar mais alegremente.

Tentar interessar a classe operária no desenvolvimento do capitalismo é precisamente a tarefa fundamental da C.D.E. Para isso, esforça-se por colocar a classe operária na dependência ideológica e política da burguesia. Advertem Marcelo Caetano sobre os novos rumos do capitalismo português e as suas dificuldades: "Toda a tentativa de evolução francamente neo-capitalista exigirá uma efectiva democratização ... e conduzirá a uma intervenção de massas" (Programa, pag. 20-1). Não há dúvida, e Marcelo não o ignora; aliou-se para isso a Mário Soares

— é a democratização... — e com a demagogia da social-democracia e a brutalidade da Pide tentará orientar a intervenção das massas no sentido que lhe interessa e reprimi-la se passar esses limites. Tudo está, portanto, em ver como se considera essa "intervenção das massas". A C.D.E. defende "um processo de desenvolvimento em que as classes trabalhadoras participem no planeamento e controle da política económica e social da Nação" (manifesto de 2 de Setembro), e esta é uma das ideias fundamentais do seu Programa, onde lemos "que a população trabalhadora (tem) direito a participar no planeamento, na execução e no controle da política económica e social" e, mais adiante: "os trabalhadores devem participar na gestão segundo fórmulas e estruturas a ensaiar" (pags. 41-2 e 43). Esta "participação" do operário ao lado do patrão esclarece-nos bem sobre o carácter utópico, acentuadamente pequeno-burguês, que informou toda a actividade da C.D.E. Vejamos: será que um operário, por se sentar numa mesa ao lado do patrão, passa a ter tanta força como este? Toda a política económica é controlada pela burguesia, porque esta tem sob as suas ordens o aparelho de Estado e o exército, a administração, a polícia e os jornais, toda a máquina de propaganda e de repressão. A política económica não é determinada ao nível de um conselho de fábrica, mas sim ao nível superior do aparelho de Estado, e por isso, para que a classe operária possa controlar a política económica, o único caminho que se lhe oferece é o da conquista do poder de Estado, a instauração da ditadura do proletariado. Mas a C.D.E. ilude inteiramente a questão. Ela não diz que a classe operária deve conquistar e destruir o aparelho de Estado burguês, edificar o Estado do proletariado; é por isso que, não tocando na questão do Es

tado, a C.D.E. deixa à burguesia o controle da política económica.

Que sentido tem, portanto, a defesa da "participação"? Em primeiro lugar, trata-se de uma arma demagógica para afastar o proletariado dos seus verdadeiros interesses e para o subordinar à direcção política da burguesia; os patrões bem sabem que enquanto os trabalhadores pensarem que "participam" na direcção da empresa, não pensarão em conquistar o aparelho de Estado. Em segundo lugar, os capitalistas escolherão para "participar" a camada mais aburguesada do proletariado, a aristocracia operária; esses elementos, politicamente corrompidos e ideologicamente pequeno-burgueses (revisionistas, na maior parte dos casos) são na realidade os melhores agentes da burguesia no seio do proletariado. E em terceiro lugar, reparemos que a C.D.E., não contente ainda com tudo isto, defende que essa "participação" seja executada "segundo fórmulas e estruturas a ensaiar"; o que quer dizer que a burguesia escolherá, de todas as formas possíveis, aquelas que se revelarem mais inofensivas e que melhor contribuirão para manter os trabalhadores na apatia.

Na verdade, os trabalhadores participam no processo económico capitalista: participam com o seu suor e o seu trabalho, participam com a exploração de que são vítimas. Participam no processo económico capitalista, pagando-o. E quando os capitalistas se vêm na necessidade de elevar os salários, isso significa que têm de expandir o mercado, de aumentar o poder de compra da população, para poderem escoar os seus produtos e incrementar a sua indústria. Dar mais alguns tostões por dia aos trabalhadores, e fazê-los suportar todo o peso do desenvolvimento económico, é este o funcionamento do capitalismo. A C.D.E. coloca-se inteiramente dentro deste processo: "a exploração de agriculto

res, pescadores e povos coloniais impede-os de aumentar o seu poder de compra e, portanto, de contribuir para a sustentação do crescimento (económico) uma vez passado o arranque" (Programa, pag. 38). Aumentar o poder-de-compra da população para que esta "sustente o crescimento" da indústria capitalista, eis outro ponto do Programa da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa. Quando esta, em discursos inflamados, falava de "reforma agrária", para ver se demagógicamente conquistava a simpatia das massas trabalhadoras, queria unicamente dizer que se devia aumentar o nível de vida da população rural, para a tornar um melhor cliente da indústria capitalista portuguesa. É por isso que, para a C.D.E., a reforma agrária está muito longe de significar a colectivização da propriedade rural; perfeitamente integrada no sistema capitalista, propunha-se a C.D.E. "garantir a todos aqueles que exercem a sua actividade no sector (agrícola) um nível de vida que comparado com o dos outros sectores possa ser considerado aceitável" (Gomes da Silva, "Diário de Lisboa" de 3 de Outubro de 1969).

A posição oscilante da pequena-burguesia, entre a classe operária, por um lado, e a classe burguesa, por outro, leva-a, como já dissemos, a tentar atenuar a luta de classes. Mas ao analisarmos aquilo que, na prática, a pequena-burguesia da C.D.E. defende, podemos verificar que a ideologia pequeno-burguesa só aproveita à grande burguesia. É por isso que os sectores mais reaccionários da burguesia aproveitam os partidos pequeno-burgueses como meio de penetrarem no proletariado e de o subordinarem aos seus interesses. Essa falta de solidez política põe a pequena-burguesia na dependência da burguesia e retira-lhe qualquer autonomia. É assim que vemos um

destacado dirigente da C.D.E., num misto de dúvidas e esperanças, afirmar "a necessidade de desenvolver o movimento democrático, aproveitando as oportunidades que se abrem ... Naturalmente não sabemos qual será a resposta do regime a esta tentativa" (Sotomaior Cardia, "Diário de Lisboa", 1 de Outubro de 1969). E, confiantes de que merecem a benevolência do governo, multiplicam os apelos aos bons fascistas, implorando à União Nacional: "É tempo que cada um deixe as ambiguidades e os silêncios e diga perante o país até onde vai a sua solidariedade na mentira, na calúnia e na opressão" (comunicado de 15 de Outubro). É nestas alturas que os políticos pequeno-burgueses mostram para que lhes servem as massas trabalhadoras, para as quais apelam quando estão isolados, e que abandonam e traem ao primeiro aceno dos governantes.

Os próximos anos verão no nosso país um agravamento sem precedentes da luta de classes. Obrigadas a definir-se, as posições extremar-se-ão de um lado e doutro da barricada. São coerentes Marcelo e Mário Soares na defesa dos interesses da grande burguesia, aliando-se para defenderem o desenvolvimento da economia capitalista portuguesa. Face a eles, erguem-se os comunistas revolucionários, os marxistas-leninistas, partido do proletariado, na luta em defesa dos interesses das mais vastas massas trabalhadoras. Mas entre uns e outros, tentando conciliar os inimigos inconciliáveis, está a pequena-burguesia, resto de uma época para sempre sumida na História, em que era ainda atenuado o antagonismo entre o patrão e o operário, em que a luta de classes não se desencadeava com a violência dos nossos dias, em que o proletariado não possuía ainda a força e a coesão que lhe dão hoje a certeza da vitória. E é por isso que, receosa da classe operária, submissa ao grande capital, a unidade entre o

proletariado e a burguesia liberal, pretendida pela pequena-burguesia — defendida pela C.D.E. — é uma unidade de pés para a cova.

UMA NOVA BASE PARA O NAZISMO: C. E.M.

Não só o aparecimento da lista dos "nacionalistas independentes" em Braga, não só o conflito de opiniões patente no seio da própria União Nacional, mostram a desagregação de certos sectores fascistas em seguida à nova política de alianças traçada por Marcelo. O aparecimento em Lisboa de uma lista nazi, proposta pela C.E.M. (Comissão Eleitoral Monárquica), é um sintoma importante que devemos tomar em conta se quisermos prever acertadamente a evolução da política fascista nos próximos anos. O certo é que, à quase totalidade das pessoas, habituadas, na esteira dos revisionistas de Álvaro Cunhal, a meterem no grande saco da "oposição" todos os que se declaram contra o governo, o carácter nazi desta lista passou despercebido; para isso contribuiu também a máscara com que até agora se têm disfarçado os principais dirigentes desta tendência.

Para lhes descobrirmos a verdadeira face temos de recuar na história do Estado Novo até aos princípios dos anos 30, quando Mussolini governava na Itália e Hitler, na Alemanha, iniciava a sua rápida ascensão. Nessa altura, Salazar emprendia entre nós a aliança entre os republicanos de direita e os monárquicos, tratando de eliminar* as tendências que pretendiam a restauração a médio prazo do parlamentarismo, quer as que defendiam, juntamente com uma demagogia "anti-capitalista", a instauração de uma repressão muito mais feroz e violenta contra todas as correntes

* quer

não fascistas, do comunismo à própria democracia burguesa. Esta última tendência, que copiava a ideologia, os gestos e as atitudes hitlerianas, era defendida entre nós por Francisco Rolão Preto, chefe do "movimento nacional-sindicalista", nome que o nazismo tomou na Península Ibérica. Mas Salazar bem sabia que as condições em que o nazismo ascendia na Alemanha eram muito diferentes daquelas em que se instalara em Portugal, e que entre nós se tratava especialmente de unificar as diversas forças reaccionárias, sem criar desnecessárias cisões (5). Por isso, o nacional-sindicalismo, fundado em 1932, vê-se pouco a pouco limitado nos seus meios de acção, ao mesmo tempo que se desenham no seio do movimento duas tendências: uma, conduzida por Rolão Preto, defendia a guerra aberta contra o governo de Salazar; a outra, chefiada por Manuel Múrias, defendia a integração nacional-sindicalista na política governamental. Não conseguindo obter o apoio do congresso realizado na primeira quinzena de Novembro de 1933, Rolão Preto vê em Abril do ano seguinte a cisão do movimento que, em Agosto, seguindo a posição defendida por Múrias, se integra na União Nacional. A este fracasso segue-se o completo malogro da tentativa de insurreição nacional-sindicalista de 10 de Setembro de 1935. Desde depois da guerra, e até agora, o nome de Rolão Preto tem andado ligado a outros sectores da oposição burguesa, apoiando a candidatura de Quintão Meireles e a de Humberto Delgado...

Mas hoje ele aparece de novo, candidato a deputado numa lista em que o vemos figurar ao lado de uma activa dirigente do "movimento nacional feminino" e de um membro do primeiro corpo de voluntários fascistas, formado em Março de 1961 para combater o povo de Angola em luta pela sua libertação. E novamente aparece também toda a demagogia das primei

ras épocas do nazismo, quando se pretendiam anti-comunistas e "anti-capitalistas", sendo na verdade os mais aguerridos defensores da propriedade privada e dos grandes monopólios; um dos candidatos da C.E.M. prevê para a sua política uma "grande audiência se conseguir encarar como seu inimigo maior o comunismo ... e se tiver em atenção que o seu inimigo número um é ... o capitalismo reaccionário ("Diário de Lisboa", 10 de Outubro de 1969). Contra o comunismo e "acima do capitalismo", "acima" da luta de classes, como qualquer tendência pequeno-burguesa — e a ideologia nazi-fascista é uma ideologia da pequena-burguesia —, Rolão Preto define a "Ideia nova: uma política acima das 'políticas', uma acção gloriosa acima das velhas querelas, ... acima de todas as velhas divisões" ("Beira-Baixa", 4 de Outubro de 1969). São as mesmas palavras de Hitler, Salazar e Mussolini nos primeiros tempos da sua ascensão: face ao agravamento da luta de classes entre o proletariado e a burguesia, e como disfarce para a ditadura feroz que fará reinar "a paz e a ordem", promete-se uma "política acima das classes", um governo "acima das políticas". Mas o verdadeiro significado desta demagogia de extrema-direita encontramos-lo com facilidade. Nem é preciso procurar muito, bastam as palavras de uma candidata da C.E.M. que ao "Diário de Lisboa" declara que se "reforma agrária significa uma posição ... alheia ... aos justos direitos dos proprietários rurais, ... então eu sou contra a reforma agrária (...) O principal problema agrícola português ... é o emparcelamento da pequena propriedade no Norte do País e não a divisão da grande propriedade do Sul" (3 de Outubro de 1969). E esta defesa dos grandes latifundiários, esta posição ultra-reaccionária, exprime-se de uma forma evidente, des-

carada até, ao pedirem, no Manifesto de 7 de Outubro, "o confinamento da Pide às suas naturais atribuições"; essas atribuições "naturais" são, é fácil de vêr, a perseguição aos comunistas, deixando o campo livre aos políticos burgueses e, neste caso, aos políticos ultra-fascistas.

Mas que novos acontecimentos possibilitaram a Rolão Preto e aos seus seguidores, aos restos destroçados da velha extrema-direita do nazismo, que durante trinta anos se misturaram silenciosamente aos múltiplos sectores da burguesia oposicionista, — que factos novos lhes permitiram reaparecer à luz do dia com voz política própria? O prosseguimento da aliança de Marcelo com a social-democracia de Mário Soares, a solução neo-colonialista por estes últimos preconizada que, se deixa as colónias economicamente dominadas pelos grandes monopólios, sacrifica a estes os interesses dos pequenos e médios colonos; o próprio desenrolar da guerra colonial, em que o exército fascista tem sofrido sucessivas derrotas, nomeadamente na Guiné, cujo povo heróico está à beira de alcançar a independência — este conjunto de situações tem indisposto seriamente a média e pequena-burguesia colonialista contra a política governamental. É, por enquanto, uma oposição ainda dispersa, sem linha nítida nem programa. Mas os candidatos da C.E.M. sabem que o tempo está por eles: sabem que se tornará cada vez mais estreita a aliança de Caetano com o partido de Mário Soares, sabem que as grandes empresas coloniais abafarão cada vez mais a voz da pequena-burguesia colonialista, sabem que o exército fascista continuará a sofrer derrotas. Sabendo disso, preparam desde já o terreno, mostrando-se partidários ferozes da manutenção das colónias e opositores declarados da política colonial do governo; acusam a União Nacional de "falar como se fosse

ela a possuidora do Ultramar ... Quem consentiu que essa gente oferecesse tutela tão fraca à gente do Ultramar?" (sessão de 15 de Outubro). E outro candidato da C.E.M., antigo deputado da União Nacional por Angola, é ainda mais explícito na acusação: "Os destinos do Ultramar não se podem entregar aos caprichos" (sessão de 23 de Outubro).

É essa pequena e média burguesia colonialista, que sabe que só o domínio político dos territórios africanos lhe pode assegurar a manutenção do domínio económico, porque não tem força para concorrer com os grandes monopólios no mercado-livre de colónias formalmente independentes; que sabe manejar armas e está disposta a fazê-lo, habituada à guerra e à repressão contra o povo africano; capaz de tudo para conservar interesses que vê cada dia mais ameaçados — é essa pequena-burguesia colonialista, que "passou a experiência ímpar da guerra" (comunicado de 19 de Outubro), que constitui a base em que o velho nazi Rolão Preto e os seus seguidores de hoje se pretendem alicerçar. E os resultados desta política não se podem medir por um mês de campanha eleitoral, nem pela percentagem dos votos obtidos. A C.E.M. não concorreu nas colónias, onde reside a base social que lhe é propícia, primeiro, pela dificuldade de apresentar, em África, outras candidaturas que não sejam as da União Nacional; em segundo lugar, porque, para iniciarem uma campanha política a longo prazo lhes era mais favorável desencadear o movimento de um centro que garantisse maior publicidade: a capital do país. Deste modo, nunca a C.E.M. poderia contar, em Lisboa, com apreciável número de votos. Serão os próximos anos que nos dirão se uma pequena-burguesia colonialista ameaçada por todos os lados constitui ou não a base social onde há-de ressurgir o nazismo.

A BURGUESIA PORTUGUESA PERANTE A QUESTÃO COLONIAL

E ao falarmos da pequena e média burguesia colonialista estamos a situar a questão colonial nos termos exactos em que a colocam, hoje, os diversos sectores da burguesia portuguesa. Sabe a grande burguesia industrial que a independência política pode não passar de uma mera formalidade, que o seu verdadeiro interesse é o de manter as colónias economicamente dependentes e que para isso será conveniente pôr fim à guerra: primeiro, porque as despesas feitas para manter um exército em combate podia a burguesia aplicá-las ao seu desenvolvimento económico; e neste aspecto a C.D.E. exprimiu melhor que nenhum outro grupo os interesses vitais do capitalismo português em expansão: "Impossibilidade de acelerar o desenvolvimento económico ... devido a: mobilização de jovens para as tarefas militares, o que impede que sejam empregados produtivamente, e ... orientação de enormes recursos financeiros para a guerra ... impedindo a formação de capital" (Programa, pag. 27). Depois, porque a própria continuação da luta, radicalizando as posições dos povos africanos, torna mais difícil o sonhado compromisso com uma burguesia negra que, constituindo o futuro governo "independente", mantenha as colónias sob a tutela económica da grande burguesia colonialista portuguesa. Mas esta solução neo-colonialista implica o regresso a Portugal dos colonos da pequena e média burguesia, cujo fraco poder económico lhes não permite enfrentar uma independência das colónias, por mais formal que esta seja. Assim, no campo interno, os maiores e mais aguerridos adversários da nova política de alianças do fascismo recrutam-se entre a pequena-burguesia colonialista; mas como a nossa indústria capitalista, para assegurar o seu desenvolvimento, precisa do auxílio

dos tecnocratas, essa aliança com a social-democracia tem de prosseguir a todo o custo. Trata-se, pois, de uma manobra difícil entre dois perigos de direita: por um lado, como já indicámos, manter a aliança com os latifundiários e os sectores tradicionalistas do regime, garantia da "ordem" necessária ao progresso da economia capitalista; por outro lado, resolver o problema colonial por forma a não descontentar gravemente a pequena-burguesia colonialista ou, pelo menos, a eliminar os riscos provenientes do seu descontentamento. São estas as preocupações que fazem com que a burguesia portuguesa coloque o problema colonial de forma quase exclusivamente política, abandonando a velha tecla das colónias como base militar indispensável para a "defesa do Ocidente" (cavalo-de-batalha da diplomacia portuguesa na NATO) e pondo de parte a propaganda que tendia a fazer crer que a perda das colónias provocaria o naufrágio de toda a economia capitalista nacional. Já vimos como Rolão Preto e o seu grupo de nazis encaram a questão, espreçados no agravamento destas condições. Vejamos agora como Marcelo, de um lado, e a social-democracia, por outro, manobram o problema em função da aliança que querem construir.

"Nunca professei a opinião de que Portugal, privado do Ultramar, estivesse condenado à perda da independência" diz Marcelo "mas não quero pensar ...no que seria a chegada à Metrópole dos portugueses de Angola e Moçambique expulsos dos seus lares e em busca de novos meios de trabalho, nem na cólera de quantos se sentissem logrados..." (discurso de 6 de Outubro de 1969). É essa "cólera", a fúria de uma pequena-burguesia colonialista fazendo renascer o activismo de extrema-direita, que a União Nacional agita perante os olhos assustados dos candidatos social-democratas, que propõem "nem

abandono, nem guerra": "...e pode ser que algum dia, os portugueses daquelas províncias possam exigir directamente (sublinhado nosso) àquele candidato (Lino Neto) uma resposta mais clara" (comunicado de 17 de Outubro).

Mas muito antes das advertências fascistas, já o partido de Mário Soares tinha perfeita consciência do problema. Ao suplemento mensal do mais importante diário francês, declarava Sousa Tavares, o "mais marcelista" dos elementos ligados a Mário Soares: "Nada de cinismo. Não podemos abandonar a África por várias razões. Por causa dos Negros, e também por causa dos Brancos ...há cerca de trezentas mil pessoas (brancas) nesses territórios, que seria impossível reabsorver. Criaríamos um problema de 'pieds-noirs'" ("Le Monde Diplomatique", Fevereiro de 1969). Com um acréscimo na numeração, diz o mesmo senhor, quando já candidato da C.E.U.D.: "Nós não queremos demagogia, sabemos que há 400 mil brancos nas colónias de África e sabemos que não podemos abandonar esses homens. A solução do problema tem que passar pela desses homens" (colóquio de 18 de Outubro). O partido de Mário Soares repete as declarações neste sentido e, na sua esteira, a C.D.E. apressa-se a declarar também que a "auto-determinação" não é incompatível com a permanência nas colónias da população branca (declarações de Glória Marreiros na sessão da C.D.E. em Vila Franca de Xira, 12 de Outubro), tal como já o Programa defendia a "integração das populações brancas nos Estados que eventualmente venham a constituir-se" (pag. 31). O que nos esclarece magnificamente sobre o conceito que esses senhores têm de "auto-determinação", a qual, em primeiro lugar, é determinada por eles, que pretendem dar aqui ao povo africano as condições da sua realização; e em se

gundo lugar, essas condições são... a permanência em África da população branca, isto é, da pequena e média burguesia colonialista, dos quadros da administração e do governo, e também, se calhar, dos brancos que constituem a polícia e os corpos de voluntários fascistas. Podemos assim perguntar que diferença haverá entre as colónias antes, e depois, de "auto-determinadas", se tudo continua na mesma!

É que a "autodeterminação" proposta pela social-democracia é uma solução muito especial que se baseia na aliança com os mais reaccionários dirigentes africanos. Para isso, será necessário fazer distinções, ver quais são os dirigentes e os movimentos verdadeiramente revolucionários, e quais os políticos facilmente vendíveis à burguesia. "Combatemos com a mesma ferocidade os movimentos terroristas e os não-terroristas", diz Sousa Tavares na entrevista já citada, lamentando-se dessa falta de previsão dos dirigentes fascistas que os impediu de se aliarem com os diversos Tchombés que por aí andam a oferecer-se à burguesia colonialista. "A política que se torna necessário seguir para atingir esta finalidade" diz a C.E. U.D., "tem que ser maleável, múltipla e imaginativa. Exige a paz como condição essencial, exige a recuperação da confiança dos africanos nas nossas intenções, a colaboração dos elementos conscientes de todas as comunidades" (comunicado de 29 de Setembro). O programa é simples. Em última análise, jogar com a luta de classes entre os africanos. "Recuperar a confiança" dos povos das colónias, mistificando-os e iludindo-os para esse efeito com "a colaboração dos elementos" da burguesia negra, com a aliança com os políticos africanos mais reaccionários. E, para essa tarefa, oferecem-se os social-democratas do partido de Mário Soares: "Os signatários... não comprometidos com o passado, decla-

ram-se dispostos a assumi-la se assim fôr julgado conveniente" (idem).

O certo é que, por mais que a social-democracia diga, por mais que faça, a solução neo-colonialista, se traz vantagens para a grande burguesia que detém os monopólios coloniais, significa a condenação dos interesses da pequena e média burguesia colonialista, que se veria forçada a regressar a Portugal. E como o capitalismo português, com uma reduzida margem de lucros, não tem possibilidade de manter e absorver esse excedente desejoso de refazer rapidamente a sua fortuna, o problema permanece de pé e a burguesia tem perfeita consciência da sua gravidade. Em defesa das formas tradicionais do colonialismo declara-se o exército, a Pide, um vasto sector do aparelho administrativo e governamental do fascismo — forças suficientemente poderosas para obriguem a social-democracia, desejosa de fazer progredir a sua aliança com Marcelo, a definir cada vez mais à direita as suas posições quanto à questão colonial.

A escolha de uma via neo-colonialista, ou a recusa definitiva dessa via, dependem de uma demorada luta interna entre os diversos sectores do fascismo, dependem do modo como Marcelo conseguir manter a unidade à sua direita, dependem de um sem número de factores, entre os quais não podemos esquecer a evolução da própria guerra colonial; mas se é certo que o povo da Guiné não tardará muito em obter a sua libertação, não devemos também ignorar que a luta dos outros povos tem sido sistematicamente sabotada pelos revisionistas soviéticos e pelos dirigentes revisionistas africanos; é por isso que em certos sectores de Angola e Moçambique a guerra se mantém praticamente estacionária. E por maior que seja o choque que produzirá nos colonialistas portugueses a vitória final do heróico povo da Guiné, a não-industrialização dessa

colónia e a fraca percentagem de colonos brancos que a habitam fazem com que se não coloquem os gravíssimos problemas económicos e políticos que a libertação de Angola ou de Moçambique poriam à burguesia portuguesa. Por tudo isto, pode ser dito com segurança que nos próximos anos a política colonial do governo seguirá sem alterações. E com a mesma segurança se pode garantir que a política colonial da social-democracia, essa, de "concessão" em "concessão", acabará por ser a irmã gémea do colonialismo de Marcelo.

AS TAREFAS DO PROLETARIADO FACE AS ELEIÇÕES DA BURGUESIA PORTUGUESA

Eleições da burguesia. Mas que papel deve, face a elas, desempenhar o proletariado?

A táctica defendida pelos revisionistas de Álvaro Cunhal é já sobejamente conhecida: consideram "a possibilidade de apresentar candidaturas antifascistas", e preconizam portanto o "reforço e alargamento da Unidade, os entendimentos e acordos entre os vários sectores democráticos" (comunicado do comité central revisionista, em Abril de 1969). Mas quem são esses "candidatos anti-fascistas", que características têm esses "vários sectores democráticos", isto é, que classes representam, que interesses de que classe defendem? Não só Cunhal não analisa este problema, como expressamente proibe a sua análise: "as divergências não devem emperrar a luta de toda a Oposição", diz ele no seu discurso de 16 de Outubro de 1969 aos microfones da emissora revisionista "Rádio Portugal Livre", para algumas linhas à frente explicar melhor a ideia: "As divergências na análise da situação política, à cerca dos objectivos ulteriores ... não se podem sobrepôr ao que há de comum a todos os sectores anti-fascistas".

Isto significa, pura e simplesmente, que o proletariado deve pôr de lado a defesa dos seus interesses de classe, que deve esquecer a sua oposição radical à burguesia, que deve abandonar a sua luta intransigente contra toda a classe burguesa e contra todas as formas de Estado da burguesia — para se subordinar à política "comum a todos os sectores anti-fascistas", isto é, à política que visa unicamente a luta contra o fascismo (uma forma particular de Estado burguês) e não a luta contra toda e qualquer forma de Estado burguês. Isto significa que Álvaro Cunhal e os dirigentes revisionistas renunciaram a defender os interesses do proletariado, subordinando a classe operária à condução política de "toda a Oposição", ou seja, à direcção ideológica e prática da burguesia liberal e da pequena-burguesia. É este o significado real das "candidaturas unitárias da Oposição", que por uma sábia divisão de trabalho deixam à classe burguesa a direcção política e ideológica do movimento e dão ao proletariado a tarefa de sustentar a ascensão da burguesia liberal e da social-democracia que, no momento oportuno, trairá os trabalhadores, desejosa de mostrar aos governantes as suas boas intenções.

Vai tão longe a degenerescência de Álvaro Cunhal, é tão grande a sua decadência revisionista, que chega a pedir "o reconhecimento a título permanente da existência legal da Oposição democrática, da sua intervenção na vida política, da sua organização e meios de propaganda" (no discurso citado), em suma, a legalização dos partidos da oposição burguesa. Mas acaso compete aos trabalhadores lutarem pela criação de partidos burgueses?! Sob a direcção dos comunistas revolucionários, a classe operária conduz o combate dos trabalhadores contra a burguesia, dos explorados contra os exploradores. Nesse combate, o proletario

ado instaurará a sua ditadura de classe sobre a burguesia, privando-a dos seus meios de expressão e de defesa, proibindo os partidos políticos burgueses. Na luta entre a classe operária e a classe burguesa não há lugar para meios-termos: ou a ditadura da burguesia sobre os trabalhadores, ou a ditadura do proletariado e dos trabalhadores sobre as classes exploradas. Mas pedir ao proletariado que combata pela "existência legal" dos partidos políticos da burguesia, isso é atraiçoar a classe operária, é vender à burguesia os interesses dos trabalhadores, é transformar a luta pelo comunismo na luta em defesa do capitalismo.

Desde sempre que Cunhal foi revisionista. Desde sempre que a sua linha política conduziu a submeter a luta operária aos interesses da burguesia liberal. Mas foram precisas quase duas dezenas de anos para que surgisse com evidência, à luz do dia, a linha revisionista de Cunhal, para que ele formulasse com todas as letras a política de traição aos trabalhadores. Incomparavelmente mais rápida foi a decadência de alguns elementos que se dizem "marxistas-leninistas" e cuja linha revisionista se revela em alguns pontos, mais clara ainda que nas palavras de Cunhal; enquanto este, empregando um pouco de verniz demagógico, pede a "existência legal da Oposição", tentando ocultar que tal palavra-de-ordem não significa senão a liberdade de formação de partidos burgueses, a direcção ultra-oportunista do "comité marxista-leninista português", com o maior descaramento, lamenta-se "porque o governo não consente a formação de partidos políticos", e lança a palavra-de-ordem "Partidos livres" (em "As eleições são uma burla", Outubro de 1969). Que o fascismo autorize ou não a formação de partidos políticos, é um problema que só* interessa para vermos a movimentação interna da clas

se burguesa, para analisarmos a luta dos seus diferentes sectores, para conhecermos melhor o nosso inimigo e melhor podermos traçar o caminho da nossa vitória. A "liberdade de de partidos" é uma palavra de ordem que só pode interessar uns sectores da burguesia em luta contra outros sectores da burguesia. O proletariado não quer a liberdade de partidos. O proletariado quer a existência de um só partido, o partido da classe operária, o partido comunista revolucionário, e quer a ditadura sobre todos os partidos da burguesia. Mas a defesa dos partidos políticos da burguesia, os revisionistas de Álvaro Cunhal e os dirigentes ultra-oportunistas do "comité marxista-leninista português" encontram-se já de acordo.

Subordinando a política do proletariado à política da burguesia liberal, defende o partido revisionista que se deve "aproveitar as 'eleições' fascistas". Muito bem. Mas 'aproveitar' como? O comité central revisionista esclarece-nos sobre a necessidade de "criar em torno das candidaturas um largo movimento e uma forte organização" (comunicado de Abril de 1969), isto é, apela-se para os trabalhadores para que estes se organizem e movimentem em apoio da candidatura de políticos burgueses. Não há dúvida que isto é "aproveitar" as eleições, mas aproveitá-las no interesse da burguesia e contra os interesses da classe operária. E nesta mesma linha tentam os revisionistas subordinar a luta dos ferroviários e outros movimentos reivindicativos da classe operária ao "aproveitamento" das eleições. A pequena-burguesia da C.D.E. esfrega as mãos de contente: a luta dos trabalhadores é-lhes oferecida pelos revisionistas como um instrumento de pressão sobre os governantes; esperançados em obter as sobras da aliança de Mário Soares com o fascismo, Jorge Sampaio, Pereira de Moura e todo o grupo agitam perante o governo o pe

rigo da luta operária para depois, numa segunda fase da sua tática, trairem os trabalhadores e obterem desse modo a benevolência governamental. E assim, dentro da perspectiva dos dirigentes revisionistas, a luta da classe operária, em vez de ser a finalidade essencial da actuação revolucionária, aparece como uma simples peça do jogo eleitoral, destinada a apoiar as manobras políticas dos candidatos da pequena-burguesia e da burguesia liberal. É por esta forma que, à custa dos trabalhadores, Alvaro Cunhal pretende "aproveitar" as eleições.

Compete aos marxistas-leninistas estudar atentamente a movimentação dos diversos grupos burgueses durante a campanha eleitoral, mas para melhor conhecermos o nosso adversário e não para transformarmos os nossos inimigos em nossos aliados, nem para votarmos nos nossos inimigos. Os aliados seguros da classe operária, com os quais conquistaremos o poder de Estado, construiremos o socialismo e alcançaremos o comunismo, não são a burguesia liberal nem a pequena-burguesia, não são os candidatos burgueses a eleições burguesas — são os trabalhadores do campo, aqueles mesmos que, tal como o proletariado, sofrem a exploração a miséria e a fome, e que sob a direcção da classe operária serão aliados firmes em todas as lutas.

É estudando minuciosamente o terreno em que se vai desenrolando o nosso combate, analisando em cada momento a força do proletariado e a força da burguesia, conhecendo a luta interna dos diversos sectores da classe burguesa, que nós poderemos prever a movimentação dos nossos inimigos, determinar a nossa tática, prevenir os perigos futuros. Sem estudarmos, não só a luta entre a classe operária e a classe burguesa, mas também a posição dos diferentes sectores da burguesia, estaremos a combater às cegas, a subordinarmo-nos aos acontecimentos

em vez de os dominarmos e, em última análise, impotentes para conduzir a luta revolucionária, acabaremos por entregar o proletariado à direcção política da burguesia liberal.

Neste momento, os nossos esforços concentram-se na criação de um núcleo firme de militantes marxistas-leninistas, educados no uso do método materialista-dialéctico, e que constituirão a base sobre que se erguerá o Partido Comunista Revolucionário (marxista-leninista). Só depois de edificado o partido marxista-leninista, só depois de obtida uma suficiente radicação nas massas trabalhadoras, poderemos desencadear a violência revolucionária, começar a luta armada. Antes disso, apelar para que se lancem "combates de rua, ataques às assembleias de voto", como o faz a direcção ultra-oportunista do "comité marxista-leninista português" (no comunicado de Outubro de 1969) é puro aventureirismo, é bombismo anarquista no estilo do século dezanove, que só serve para entregar militantes à repressão e para desorganizar o movimento revolucionário. Acções violentas, isoladas da luta das massas trabalhadoras, são o sintoma do desespero de políticos oportunistas, incapazes de conduzir o trabalho longo e subterrâneo da criação do partido revolucionário, incapazes de se radicarem na classe operária, incapazes de conduzirem largos movimentos das massas trabalhadoras. E só esses vastos movimentos de massas podem constituir a base sólida a partir da qual se desencadeie a acção violenta. Se não, temos meia-dúzia de "políticos" empenhados numa acção de cuja experiência as massas trabalhadoras não beneficiam. E afastar as massas da vida política é o primeiro objectivo dos reaccionários, quaisquer que eles sejam, interessados todos eles em manter a exploração e continuar a repressão.

Armar o proletariado com o método marxista, é esta a nossa tarefa. Sem ela não há política comunista e toda a acção dos trabalhadores se subordinará aos interesses da classe burguesa. O estudo das eleições da burguesia portuguesa é um passo desta tarefa. Mas ao estudarmos as eleições lembremo-nos sempre que elas são uma arma da burguesia, mas não a sua arma fundamental. Em plena campanha eleitoral, o general nazi Arnaldo Schultz punha os pontos nos is: "Estudamo-la (a guerra revolucionária) não apenas para Angola, Guiné e Moçambique mas também para todas as províncias, desde o Minho, passando pela Estremadura, Alentejo, etc...Estamos preparados e continuamos a aperfeiçoar-nos"

(discurso de 15 de Outubro de 1969). A burguesia não tem ilusões quanto aos limites do eleitoralismo. Que os trabalhadores também as não tenham. De posse do método marxista, somos capazes de analisar a luta de classes e os conflitos entre os diversos sectores da burguesia, conhecemos a nossa força e a dos nossos inimigos, sabemos que, tal como nós, a burguesia se prepara para a guerra revolucionária. E por isso, face às eleições da burguesia, as tarefas do proletariado não são as de contribuir com a sua luta para a ascensão da burguesia liberal, nem as de oferecer os seus votos à social-democracia, mas sim as de, estudando o inimigo, melhor preparar a sua derrota e a nossa vitória.

NOTAS

- (1) A. Castro, "Introdução ao estudo da economia portuguesa", pag. 64
- (2) idem, pags. 166-8
- (3) elementos extraídos de "Níveis de desenvolvimento agrícola do continente português".
- (4) a redacção incorrecta é do original.
- (5) "...o 28 de Maio, longe de ser uma 'contra-revolução' e um 'regresso ao passado', como afirmam os liberais e os oportunistas, foi um novo passo em frente no crescimento da burguesia portuguesa, que lhe permitiu assegurar a continuidade da acumulação capitalista, passado o período de transição da República; longe de se identificar com o fascismo europeu, sobretudo o nazismo alemão, esta 'ditadura nacional' é típica dum país semi-colonial onde a burguesia entra com atraso na competição internacional e pretende tomar nas suas mãos a exploração do mercado nacional e colonial" ("Revolução Popular" nº3, pag. 25)

A MENINA PESCADINHA E O TENREIRO TUBARÃO

Durante meses e meses jornais e revistas, a rádio e a televisão divulgaram os reclames da "menina pescadinha". Foram muitos os que viram a publicidade e mais ainda os que comeram o produto, mas poucos saberão a história desse negócio, que nos esclarece sobre os mecanismos de concentração do capital, a apropriação por um número cada vez menor de capitalistas de um poderio económico cada vez mais vasto e abarcando cada vez mais sectores, e sobre o modo como o regime das corporações fascistas facilita essa concentração económica. Poderemos ver, finalmente, como os grandes potentados capitalistas submetem o aparelho de Estado às suas ordens.

✱

✱

✱

No dia 3 de Março de 1966, o então ministro da Economia publica uma nota oficiosa, confessando a escassez de peixe no mercado e atribuindo essa falta "às condições climatéricas e às características actuais da nossa frota de pesca", e convidando as empresas privadas a importarem peixe, prometendo-lhes facilidades nessa tarefa. O negócio era rendoso e sorriu a muitos capitalistas, que logo lançaram mãos à obra.

No início do segundo semestre de 1966, começa a sua actividade, embora numa escala bastante reduzida, o SAPP (Serviço de Abastecimento de Peixe ao País), pertencente ao Grémio dos Armadores da Pesca do Arrasto. Por detrás do SAPP estava Henrique Tenreiro, que encetou a luta contra as outras empresas capitalistas para se apropriar da totalidade do negócio.

O primeiro passo neste processo foi a constituição, nos últimos meses de 1966, da firma SANTOS & VIGO, LDA. Tratava-se de uma empresa fantasma, constituída com o capital de 50 contos, quantia perfeitamente ridícula se nos lembrarmos que o comércio de peixe congelado exige grandes investimentos de capital em transportes congeladores, câmaras frígoríficas, etc. Esta firma fantasma era constituída por dois homens-de-mão de Tenreiro, um espanhol e outro português, e destinava-se, como veremos na continuação, a fazer por conta do almirante diversos negócios, mais ou menos "escuros".

Logo no dia 8 de Novembro de 1966, o secretário de Estado do Comércio concede a SANTOS & VIGO autorização para a importação de um total de 5 mil toneladas de pescada congelada. Esta autorização, juntamente

com as que se sueguirão, permitiram a importação do maior volume de pes cadacongelada, feita até agora por qualquer empresa nacional. E certamente não foram os 50 contos de capital com que a firma se constituiu que a fizeram "merecer a confiança" do ministério da Economia...

Entretanto, Tenreiro preparava o golpe que lhe ia assegurar o domí nio completo do mercado de peixe congelado. A 7 de Abril de 1967, um despacho do secretário de Estado do Comércio proíbe a concessão de novas licenças de importação de peixe congelado e levanta enormes obstáculos à utilização das já concedidas. Mas na véspera e nesse mesmo dia 7, o próprio secretário de Estado do Comércio autoriza a importação de um total de 10 mil toneladas de pescada congelada a SANTOS & VIGO. E a 12 de Março de 1968, novamente esta firma recebeu autorização para importar mais 5 mil toneladas do mesmo produto.

O sistema recebe os últimos retoques pelo decreto-lei de 24 de Maio de 1967, que oficializou o SAPP. SANTOS & VIGO, firma-fantasma que escondia o nome de Henrique Tenreiro, e a GEL-MAR, também controlada por Tenreiro, seriam os fornecedores exclusivos do SAPP, que Tenreiro também controla. Nas mãos deste estava, assim, o monopólio de facto da venda de peixe congelado. O círculo fechava-se, a "menina pescadinha" mordida, finalmente, o rabo...

Mas a ligação entre estas empresas é bastante mais estreita do que se pode supor. O SAPP funcionava na sede da GEL-MAR, e o sentido económico do expedito almirante ia ao ponto de os mesmos telefones servirem ambas as empresas. Quanto a SANTOS & VIGO, completamente inexistente na realidade, era a GEL-MAR que despachava na Alfândega as suas importações, depositando as quantias precisas para o efeito, e que fornecia as divisas necessárias para o pagamento das mercadorias importadas.

A este negócio, já de si nada mau, juntava-se outro ainda. Vimos que SANTOS & VIGO importara um total de 20 mil toneladas de pescada congelada; o preço por que essa firma declarou pagar a mercadoria é de 6.600.000 dólares, ou seja, ao valor do câmbio, 186.780 contos. Ora acontece que este é um preço superior ao preço real. Considerando a cotização da pescada congelada no mercado internacional, temos que o preço por que SANTOS & VIGO declarou pagar a mercadoria é superior de 30 mil contos (no mínimo) a 45 mil contos (nô máximo) ao valor por que efectivamente a pagou. Através desta manobra, o almirante Tenreiro conseguiu colocar no estrangeiro a bela quantia de 30 a 45 mil contos, que se há-de juntar às que já o aguardam em qualquer banco da Suíça... se a revolução lhe der tempo para se por a salvo.

Vimos que o Estado colaborou activamente neste processo, facilitan do, através de despachos e decretos, o monopólio estabelecido por Henrique Tenreiro no sector da venda do peixe congelado. Mas essa actividade não se limitou ao campo legislativo. Através do Fundo de Abastecimento e até do ministério das Corporações, o governo subsidiou o SAPP com muitas dezenas de milhares de contos; em 3 de Outubro de 1966, o Fundo de Abastecimento concedeu ao SAPP um empréstimo de 35.800 contos, voltando, em 21 de Novembro do ano seguinte, a conceder 49 mil contos de empréstimo. E a protecção governamental vai mesmo mais longe: embora, segundo o texto da lei, o SAPP seja um serviço do Grémio dos Armadores da Pesca de Arrasto, as suas contas não estão inscritas nas contas des se Grémio. Assim, o governo dá ao SAPP uma verba elevadíssima, permitindo-lhe, por outro lado, esconder o modo como a utiliza.

O que até aqui se disse permite-nos fazer uma ideia da concentra ção do capital num determinado sector económico— o comércio do peixe

congelado, e da forma como a máquina governamental e corporativa apoia e facilita, quando não serve de instrumento, essa concentração. Mas se analisarmos um pouco mais o problema veremos como a concentração económica no sector da pesca vem de muito mais longe.

*

*

*

A traços muito largos, vamos esboçar a organização através da qual um grupo de empresas ligadas entre si, e todas elas controladas por um só homem — Henrique Tenreiro, dominam a industria da pesca e a comercialização do peixe.

Segundo o relatório do Grémio dos Armadores da Pesca do Arrasto, a frota de "pesca do alto" é composta por 45 navios, pertencentes a 12 empresas, com um total de 18244 toneladas brutas.

Desta 12 empresas, três dispõem de 34 navios, com a tonelagem bruta de 14282 toneladas. Isto é: mais de 78% da frota de "pesca do alto" está nas mãos das 3 empresas seguintes: COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA, SOCIEDADE DOS ARMADORES DA PESCA DE ARRASTO; e SOCIEDADE PORTUGUESA DE PESCARIAS RESTELO: Estas três empresas estão interligadas, sendo accionistas umas das outras ou investindo capitais umas nas outras.

A frota de "pesca longínqua" é constituída por 5 navios, com 5695 toneladas de arqueação. Essas unidades exercem a pesca nas águas da África do Sul e, segundo declarações dos Grémios dos Armadores, "são mais do que suficientes para assegurar o abastecimento nacional com pescada congelada" ("Diário de Lisboa", 3 de Outubro de 1969).

Esses 5 navios distribuem-se do seguinte modo: a SOCIEDADE DE PESCA A VAPOR "O EXPORTADOR"; a SOCIEDADE DE PESCA SANTA FÉ, e a SOCIEDADE DOS ARMADORES DA PESCA DE ARRASTO possuem cada uma um navio; a COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA possui dois navios. Temos assim que em 5 navios de "pesca longínqua", 3 (isto é, 60%) pertencem a duas das três maiores sociedades de "pesca do alto".

Além destas empresas que pescam, outras há com um peso decisivo no comércio, congelação e armazenagem do peixe; são as mais importantes a DOCAPESCA; a FRIGOZ (na Figueira da Foz), os FRIGORÍFICOS DE MATOSINHOS a TRANSFRIO, e a SOFRIO (no sul do país). Todas estas empresas, ou pertencem àquelas que acima citámos e que controlam a "pesca do alto" e a "pesca longínqua", ou têm importantes capitais por elas investidas. E se nos lembrarmos de que os navios de pesca são escalados para desembarques pelos serviços da DOCAPESCA, poderemos conceber melhor até que ponto um reduzido número de empresas controladas por Tenreiro consegue dominar, pelas suas ligações económicas, todas as actividades relacionadas com a pesca.

Para a comercialização do pescado, existe uma única empresa, a GEL-MAR, sociedade por quotas com o capital de 10.000 contos e constituída pelos sócios seguintes:

COMPANHIA PORTUGUESA DE PESCA	3.725 contos
SOCIEDADE DOS ARMADORES DA PESCA DE ARRASTO	2.025
SOCIEDADE PORTUGUESA DE PESCA DO RESTELO	2.100
SOCIEDADE DE PESCA A VAPOR "O EXPORTADOR"	650
SOCIEDADE DE PESCA SANTA FÉ	300
FRIGORÍFICOS DE MATOSINHOS	250
EMPRESA INDUSTRIAL DO FRIO — GINJAL	500
SOCIEDADE COMERCIAL MARÍTIMA	450
	<hr/>
	10.000

Fácilmente se nota que as três empresas que controlam 78% da "pesca do alto", — e nas quais se incluem as duas que controlam 60% da "pesca longínqua" — controlam directamente 78,5% do capital da GEL-MAR. E dizemos "directamente" porque, na realidade, essas empresas, estreitamente ligadas entre si, e dominando todas as outras, acabam por controlar, directa e indirectamente, 100% da GEL-MAR. Assim, a "pesca longínqua" e a "pesca do alto", a congelação, armazenagem e comercialização do peixe reúnem-se todas através de duas ou três empresas ligadas entre si, nas mãos de um só homem.

Em consequência desta situação, acontece que antes da abertura da lota é retirado o peixe para: a) a GEL-MAR eo SAPP, b) o exército, a marinha, os hospitais, etc., c) o "serviço de doações", isto é, as ofertas de peixe feitas aos ministros, secretários de Estado, banqueiros e mais gente importante, e d) os comerciantes de província com contratos espe^{ci}ais. Por esta forma, o SAPP e a GEL-MAR obtêm semanalmente de 30% a 49% do peixe disponível para venda. Isto é: antes da abertura da lota, cerca de metade do pescado é cedido às referidas duas empresas por um preço inferior àquele por que é vendido aos restantes comerciantes; acresce que essas empresas privilegiadas retiram, como é evidente, as espécies de consumo certo, mais facilmente vendíveis; este sistema tem como consequência, diminuindo o peixe na lota, aumentar o preço do produto; o SAPP e a GEL-MAR elevam ainda artificialmente os preços do mercado, fazendo na lota lanços demasiado elevados; depois na venda ao público, como têm uma margem de lucro muito maior que a dos outros comerciantes, podem, quando isso lhes convém baixar os seus preços, levando assim pelo processo da concorrência as outras empresas à beira da falência; é deste modo que se apoderam das empresas em má situação económica, firmando ainda mais o seu inteiro domínio sobre o mercado.

Mas esta visão da concentração económica no sector da pesca ficaria incompleta se não focássemos uma arma importante dos capitalistas portu^{gu}eses: o regime corporativo. E Henrique Tenreiro usa-a magistralmente.

*

*

*

Como vimos, em Março de 1966 o ministro da Economia considerava "as características actuais da nossa frota de pesca" como uma das causas da escassez de peixe.

Efectivamente, segundo o já citado relatório do Grémio dos Armadores da Pesca de Arrasto, dos 45 navios da frota "do alto", 20 são anteriores a 1948, oscilando as suas idades entre os 21/22 anos e os 53/67 anos.

Mas nós verificámos que a escassez de peixe originou rendosos negócios a Henrique Tenreiro, através da importação de pescada congelada e da sua venda pelo SAPP, o que lhe permitiu apoderar-se definitivamente do mercado de peixe nacional. Não é de espantar, portanto, que Tenreiro, o responsável dentro do aparelho de Estado pelo sector das pescas, e o seu orientador, mantenha este campo da economia numa crise de que retira abundantes benefícios. São estas as "vantagens da estrutura corporativa fascista, que entrega directamente a orientação económica aos maiores capitalistas de cada sector, na medida em que cria, a par da máquina de governo, os Grémios, as Juntas e as Corporações, dominadas pelos maiores monopolistas, e cuja voz é decisiva na determinação da política económica.

Mas a utilidade da crise da pesca não se limita, para Tenreiro, a um simples negócio de pescada congelada, por mais rendoso que seja. O almi

rante navega mais longe e arrasta a crise tendo em vista apoderar-se de um novo sector: as conservas.

Se a pesca proporciona trabalho a mais de 50 mil pescadores e tripulantes, as indústrias e actividades com ela relacionadas empregam mais de 100 mil operários. A miséria destas muitas dezenas de milhares de trabalhadores é a fortuna de Henrique Tenreiro. A quebra que a pesca da sardinha tem sofrido desde 1964, e especialmente nos dois últimos anos levou a indústria conserveira a uma crise que é do conhecimento geral. O desemprego provocado por esta crise atinge muitas dezenas de milhares de trabalhadores, nomeadamente entre a população algarvia.

É precisamente esta crise que permite às empresas de peixe congelado controladas por Tenreiro concorrerem em posição de superioridade com a indústria conserveira. Evidentemente que os capitalistas das conservas que queriam ser eles sōzinhos a explorar a força-de-trabalho do proletariado, queixam-se amargamente. "Infelizmente, nada se modificou quanto a medidas oficiais para pôr fim à concorrência desleal que campeia na indústria, podendo até dizer-se que esta tem sido encorajada pela facilidade com que tem sido autorizada a instalação de novas câmaras frigoríficas", dizem os capitalistas do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Centro do país num seu relatório, protestando mais à frente contra o facto de ser "o peixe congelado tido como uma conserva".

Não importa que protestem. O processo de concentração do capital condena irremediavelmente alguns capitalistas para reduzir cada vez mais o número dos que controlam a vida económica. E, obediente, o aparelho de Estado da burguesia cede aos mais poderosos. Em meados de 1969, o governo criou um novo organismo corporativo, a Junta Nacional do Fomento das Pescas, cujo presidente é — quem havia de ser? — o almirante Tenreiro. Esse novo organismo é a expressão legal de uma situação de facto: o sector das conservas passa a estar subordinado a entidades predominantemente ligadas à pesca.

O círculo está quase a fechar-se. Controlando já directamente todo o sector da pesca, Tenreiro firma o seu domínio nas actividades a ela afins.

Agravando as crises, provocando a ruína de muitos milhares de operários, aumentando a sua tutela sobre a máquina de Estado, Henrique Tenreiro segue o caminho da sua fortuna. É o processo da evolução do capitalismo. E nesse processo, o episódio da "menina pescadinha", que afinal foi a origem e o ponto de partida desta nota, é um pequeníssimo grão de areia.

CABORA - BASSA:

A BURGUESIA ERGUE BARRAGENS PARA DETER A REVOLUÇÃO ...

"O colonialismo é uma sanguessuga com duas ventosas, das quais uma suga o proletariado metropolitano e a outra o proletariado das colónias. Para se matar este monstro é necessário cortar-lhe simultaneamente as duas ventosas. Se só uma é cortada, o animal continuará a viver e a ventosa cortada renascerá"

HO-CHI-MINH

PORTUGAL E AS COLÓNIAS NO APÓS GUERRA

Para localizar dentro duma evolução no tempo os problemas de tipo económico e político que hoje se levantam ao colonialismo português, parece-nos necessário dar muito resumidamente uma ideia, necessariamente rápida e geral, dessa evolução depois da guerra de 1939-45, no que respeita às relações entre a infraestrutura económica e a superestrutura política portuguesa, entre Portugal e as colónias, entre a burguesia portuguesa e as burguesias estrangeiras.

O governo salazarista, nascido da aliança entre latifundiários, banqueiros, comerciantes, grandes e médios industriais, conduziu habilmente essa aliança através dos escolhos da 2ª guerra imperialista. Da guerra saiu o poder dessa aliança altamente fortificado com a acumulação dos lucros excepcionais resultantes do comércio de guerra (1), e

a burocracia governamental salazarista pôde defender ainda com mais firmeza no campo político os interesses das classes dominantes.

A situação do capitalismo português (no qual os sectores mais atrasados — agricultura, indústria semi-artesanal, indústria extractiva, pesca, comércio colonial — tinham um peso enorme) traduzia-se por uma acumulação de capital, ligeira expansão económica e defesa dos mercados coloniais como fonte de matérias primas baratas e mercados capazes de absorver os produtos menos vendáveis da indústria transformadora metropolitana (2).

Para os sectores mais avançados do capitalismo português — indústria transformadora e banca comercial — as colónias eram a base indispensável para o alargamento do mercado interno, tão necessário à competitividade internacional dos produtos dessa indústria transformadora, logo ao progresso capitalista de que a banca comercial espera

enormes superlucros.

Por isso a superestrutura política portuguesa manteve, durante essa época, limites bem definidos à penetração do capital internacional nas suas colónias — o que não significa no entanto uma ausência de capital estrangeiro aplicado nas colónias; basta pensar na associação de longa data do Banco Nacional Ultramarino ao Crédit Franco-Portugais, ao Banco Hispano Americano, ao Westminster Bank, ou então na importância da Diamang (controlada pela De Beers anglo-americana) na economia angolana. Significa antes uma implantação desse capital estrangeiro em certos campos da economia colonial, feita com lentidão estudada, segundo as regras impostas pelo governo português, mas usufruindo em contrapartida apreciáveis vantagens, tais como a mão-de-obra barata e bem controlada, isenção de contribuições e impostos, terrenos a baixos preços, enfim, bases sólidas para obtenção de superlucros elevadíssimos.

Na década de 50 verificou-se como correspondência a um desenvolvimento industrial particularmente notável no sector transformador (3), uma tímida mas nem por isso menos decisiva ascensão no campo político dos grupos ligados ao capital financeiro e à grande indústria, o que necessariamente alterou o equilíbrio de forças no seio da aliança atrás referida — foi a época dos primeiros planos de fomento, foi o ingresso de Portugal na EFTA como única saída, aceitando a competição capitalista no interior daquela organização, logo, a corrida à industrialização.

É claro que isto se repercutiu no campo colonial: as ligações que os grupos financeiros e industriais portugueses estabeleceram com similares estrangeiros estenderam-se necessariamente aos "negócios" coloniais que aqueles grupos mantinham; o caminho ficou mais aberto

para os capitais e a técnica "ocidentais" pilharem mais eficazmente as coutadas coloniais que Portugal conservava.

Nesta época os outros países capitalistas colonizadores (Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda) concedem a autonomia administrativa, por um lado, mas por outro continuam a exploração capitalista das suas ex-colónias através de métodos neo-colonialistas, mais ou menos seguros da sua competitividade nos mercados africanos assim abertos à concorrência internacional — porém para a burguesia portuguesa ainda não tinha chegado esse tempo, a sua economia ainda não estava pronta para as duras lutas que a concorrência impõe (devido ao atraso da industrialização e ao baixo poder de compra do povo português) — as colónias são ainda imprescindíveis aos seus desígnios.

Abrindo o espaço económico português ao capital estrangeiro, aceitando a queda progressiva das barreiras alfandegárias defensivas para cumprir os seus contratos na EFTA, reformando as estruturas económicas esclerosadas e ultrapassadas, a burguesia portuguesa foi traçando os seus rumos.

No entanto, a inércia do poder era grande, o peso dos sectores atrasados dentro do fascismo português fez-se sentir (indústria tradicional e restos do feudalismo, definitivamente condenado mas comendo ainda grossa talhada do bolo), daí ritmos lentos para essas reformas e aberturas, daí que a abertura do espaço colonial português ao capital estrangeiro seja quase desprezável em face da que se verificará depois de 1961.

OS POVOS COLONIZADOS LANÇAM-SE NA LUTA ARMADA

Nos anos que vão de 1957 a 1960

houve um recrudescimento da repressão exercida sobre os povos africanos pelo ultra-colonialismo português, sob formas cada vez mais sistêmicas, particularmente através da acção da Pide, como resposta ao desenvolvimento da resistência negra.

Servem como exemplo os sucessivos ataques da Pide em Angola durante Março e Julho de 59, o massacre de Icolo-e-Bengo em Junho de 60 (balanço: 30 mortos e 200 feridos entre a população negra que se manifestava contra a prisão de Agostinho Neto), o fuzilamento de 20 presos políticos no pátio duma prisão de Luanda em 29 de Setembro de 1960, o massacre de Pidjiguiti na Guiné em 3 de Agosto de 1959 (4).

A resposta não tardará, os povos das colónias africanas vão pegar mais uma vez em armas, como já o tinham feito inúmeras vezes ao longo de séculos de colonização portuguesa (as numerosas campanhas de "pacificação" que a história portuguesa relata são disso exemplos, como também disso o é a memória bem viva das rainhas Ginga e Ngola entre os povos angolanos, pela liberdade dos quais elas lutaram). Desta vez eles pegam em armas mais organizados, porque pela primeira vez agrupados sob a forma de organizações políticas revolucionárias (5) e não exclusivamente tribais.

Assim, sob a iniciativa do MPLA (6), mestiços e negros dos muceques de Luanda, em armas contra a violência e exploração crescentes exercidas pelo colonialismo português, atacam a 4 de Fevereiro de 1961 os locais que simbolizavam mais claramente a repressão colonial: as prisões da capital. "Assim como a Bastilha, tornada para os revolucionários franceses no símbolo da opressão, as prisões eram em Angola o centro do ódio popular, uma questão de grande poder emotivo. Em São Paulo ou algures, cada um tinha um parente ou um amigo preso" — diz

—se num boletim do MPLA.

A 15 de Março do mesmo ano é sob o comando da UPA (6) que os trabalhadores rurais do Norte de Angola dirigem os seus primeiros golpes sobre os locais da exploração económica tradicional exercida pela burguesia branca: as grandes fazendas de café.

Na noite de 30 de Junho de 1962 são os militantes do PAIGC (6) dirigidos por Amílcar Cabral que desencadeiam um violento ataque no sul da Guiné, cortando as comunicações em todo o sul da colónia. Depois de uma pausa de meses causada pela repressão de uma violência inaudita desencadeada pelo exército português, o PAIGC lança-se de novo com determinação na sua luta exemplar a partir de Janeiro de 63.

Em Moçambique a luta armada é iniciada em Setembro de 1964 nos distritos de Niassa e Cabo Delgado pela FRELIMO (6).

Na véspera do 25 de Dezembro de 1966 são as massas camponesas do leste de Angola que, enquadradas pela UNITA (6) atacam em força a Vila Teixeira de Sousa, pondo em cheque a estratégia militar colonialista de "pacificação" da região por meio de "aldeias estratégicas".

A REACÇÃO DO COLONIALISMO

A acção armada dos nacionalistas africanos foi colocar o ultra-colonialismo português perante dilemas e opções importantíssimos. O governo de Lisboa, perante a nova situação rapidamente mutável, alterou os seus hábitos pachorrentos, contrariamente ao que durante muito tempo se quis acreditar em certos meios "oposicionistas-democráticos" portugueses, para os quais a morte natural do fascismo estava para breve.

Para defender os seus interesses económicos nas colónias e a dominação da burguesia sobre as classes

exploradas em Portugal, viu-se o governo português na necessidade de jogar duro e forte, que é como quem diz, trabalhar depressa e responder rápido às ameaças que sobre ele pesavam.

Sob a batuta firme de Salazar ("Para a frente e em força...") (7) o colonialismo português defendeu-se primeiro, contra-atacou depois, aproveitando os erros e divisões no campo dos movimentos de libertação das colónias, utilizando-se dos compromissos de alguns dirigentes africanos reaccionários com as forças neo-colonialistas activas em África, designadamente as americanas.

A guerra colonial foi um detonador essencial numa série de processos na economia portuguesa. Esta já tinha em si as contradições que permitiram a sua evolução posterior, mas a guerra, com as suas exigências, introduziu novos factores. Entre eles estão: a existência de um grande número de homens (os soldados) improdutivos; a formação duma indústria de guerra (munições, material ligeiro e mesmo pesado (8), faramentos); a aquisição de importante material pesado no estrangeiro; a contracção de elevados empréstimos no Banco Mundial e nos grandes trusts financeiros internacionais (9). Deste modo o capitalismo português empreendeu importantes alterações e tomou novas orientações no campo económico.

É extremamente importante nesta época a alteração das relações do capitalismo português com o capitalismo internacional, bem como a influência deste no "espaço económico português" (Portugal e colónias). Realmente, as classes dominantes portuguesas durante atacadas nas colónias têm uma necessidade enorme de auxílio militar e económico, precisam de expandir a economia nacional, para poderem manter a sua dominação de classe sobre o proletariado português e os povos coloniais oprimidos.

Mas a ajuda do capital internacional e dos governos capitalistas não é desinteressada, e assim a burguesia portuguesa tem de abrir amplamente as portas das suas colónias e de Portugal à implantação do capital estrangeiro, tem de aceitar a partilha dos lucros coloniais, tem de se contentar frequentemente com as migalhas que os trusts mais poderosos lhe deixam cair, depois de bem implantados.

Os governos capitalistas e os grandes monopólios são objecto de importantes manobras diplomáticas conduzidas por Portugal, que lhes oferece maior abertura à sua influência económica, concessões mineiras e petrolíferas (10) são-lhes propostas em abundância, e mesmo vantagens estratégicas nalguns casos (11).

O capitalismo internacional vai aproveitar esta posição de fraqueza relativa da burguesia portuguesa, confiando nas tropas portuguesas, rodesianas e sul-africanas para manter à distância a revolta africana a sul do equador, e lançando desde já as bases para uma continuação da exploração dos povos africanos no caso da independência conseguida nalguns desses territórios, independência negociada ou conquistada, seja uma falsa independência.

Como resultados dessa ofensiva diplomática tão bem apoiada com ofertas concretas, alguns governos mudaram flagrantemente a sua posição diplomática de aparentemente hostil a francamente solidária com o colonialismo português, como é o caso dos Estados Unidos da América e da França.

A estratégia diplomática portuguesa tem em conta também, como factor decisivo, a aliança com os governos racistas da Rodésia e da África do Sul, onde os brancos prosseguem políticas claras de "apartheid" (12), apesar da aparente contradição com o mito da multiracialidade de Portugal — as ligações

vão-se apertando cada vez mais no campo político, militar e económico, constitui-se uma aliança militar secreta, a África do Sul multiplica o apoio militar à Rodésia e a Portugal, sob o ponto de vista de munições, material e mesmo homens, como adiante veremos.

Este estreitamento de relações entre a burguesia portuguesa e as burguesias "ocidentais", a aliança racista branca do sul de África, a partilha do mercado colonial e a exploração conjunta das suas riquezas pelo capital português e internacional, a aceleração do desenvolvimento industrial em Portugal são dos factores mais importantes na revisão da estratégia capitalista portuguesa.

VER. C.P. "AJORNAMENT"

CABORA-BASSA COMO EXEMPLO

Queremos mostrar mais concretamente aspectos detalhados de algumas das linhas mestras de evolução do capitalismo português e escolhemos para isso o projecto de Cabora-Bassa, que nos parece particularmente adequado por nele se entrecruzarem vários desses aspectos: a estreita colaboração do capital nacional com o capital internacional, a implantação em Moçambique dos grandes trusts industriais e financeiros, a aliança Portugal-África do Sul e a tentativa de colonização branca.

Em 19 de Setembro de 1969 foi assinado em Lisboa o contrato de construção da barragem de Cabora-Bassa, no rio Zambeze, em Moçambique. Assinaram-no o ministro das colónias de Portugal, Silva Cunha, e representantes do governo sul-africano e do consórcio financeiro-industrial ZAMCO que ficou concessionário da construção da barragem.

Tinham decorrido nessa altura alguns anos de estudo e planeamento desse projecto ambicioso, que ultra

passa de longe as potencialidades de um país sub-desenvolvido económica, técnica e financeiramente; tinham já sido dispendidos 300 mil contos no projecto do que poderá vir a ser a maior barragem hidroelétrica de toda a África, e uma das maiores do mundo, só inferior em potência às barragens russas da Sibéria e às americanas do rio Mississipi.

Para quê a construção duma barragem de tal potência (4.000? megawatts) e de tal preço (8 milhões e 800 mil contos)? Porquê a construção numa região onde tal quantidade de energia não pode ser consumida mesmo a longo prazo (o consumo actual de potência em Moçambique é inferior a 10% da potência de Cabora-Bassa) e por um país cujos recursos financeiros e industriais são claramente insuficientes, onde falta o dinheiro para escolas e estradas, para hospitais e fábricas, onde o proletariado é explorado e reprimido selvaticamente, onde o sub-emprego é geral, pois que necessita de 500 mil emigrantes na Europa enviando divisas para equilibrar uma balança de pagamentos eternamente deficitária?

Porquê Cabora-Bassa?

O colonialismo português encontra muitas e boas razões para se lançar em tal projecto — são essas razões que vamos tentar enumerar e explicar.

1- A solidificação da aliança racista Portugal-África do Sul

Os estreitos laços que unem agora os racistas de Portugal, África do Sul e Rodésia, a solidariedade de interesses na exploração das riquezas do solo africano e na exploração da força de trabalho do povo negro, vão receber um fortalecimento extremamente importante com a realização de Cabora-Bassa, as relações de interdependência vão complicar-se ainda mais. Senão vejamos:

* POTENCIALE Cabora-Bassa - JATA QUANTO
CUSTARIA 1,8 00 MILHÕES KW/h.

a construção de uma barragem só oferece interesse económico se houver escoamento, consumo da energia eléctrica que ela produz, isto é, se houver consumo industrial e consumo doméstico suficientes; ora como já dissemos Moçambique não tem neste momento, nem virá a ter nos anos mais próximos se mantiver a mesma taxa de crescimento do consumo, possibilidade de absorver a potência enorme que Cabora-Bassa poderá fornecer.

Mas a 1.500 quilómetros de Cabora-Bassa encontram-se os grandes centros consumidores de Joanesburgo, na África do Sul, e a possibilidade de interligação a toda a rede eléctrica sul africana — eis o mercado que pode consumir a potência oferecida por Cabora-Bassa.

É, na verdade, a possibilidade de venda da energia produzida na sua quase totalidade à União Sul Africana que permite ao governo fascista de Lisboa pensar em tal projecto.

Mas as questões que surgem são muitas e variadas: uma linha de muito alta tensão com o comprimento de 1.500 quilómetros põe problemas técnicos de construção que encarecem bastante a energia produzida e que diminuem o interesse que para a África do Sul pode ter esta compra de energia eléctrica, havendo técnicos sul-africanos que propuseram a construção de centrais térmicas a carvão, combustível baratíssimo na África do Sul, como alternativa possível. Portanto, um problema a dificultar o acordo dos interesses em jogo; por outro lado, a linha de alta-tensão, em si mesma, é alvo fácil de sabotagens, que a concretizar-se porão a África do Sul em má situação, por falta brusca de fornecimento de electricidade por uma das fontes mais importantes.

• Estes problemas poderiam ter levado a União Sul Africana a desistir do projecto, mas uma vez que a decisão final por ela tomada foi a de comprar a energia de Cabora-Bassa, a assinatura do contrato vai

tornar-se uma importante arma nas mãos do governo português, na medida em que o regime sul africano vai ter todo o interesse em proteger militarmente, caso necessário, não só a linha de transporte em si, como também a própria barragem — e de facto esta ajuda já se concretizou no envio de destacamentos de polícia para o vale do Zambeze, para defender esta zona chave dos ataques da FRELIMO em Moçambique e do ZAPU (movimento de libertação da Rodésia); e é de prever um substancial aumento a partir do momento em que a FRELIMO possa intensificar os combates na frente do Tete.

E os interesses em jogo neste caso chegaram realmente a identificar-se, como bem o frisou o ministro das colónias, Silva Cunha, no seu discurso na sessão de assinatura do contrato: "Em empreendimentos desta grandeza, um dos factores fundamentais para a determinação da viabilidade económico-financeira e, em especial, dos preços de custo e de venda de energia, reside na possibilidade do arranque das centrais com um elevado coeficiente de utilização desde o primeiro momento. No presente caso tal foi possível por existir um mercado consumidor que é, de longe, o mais importante de África e com um dos mais fortes coeficientes de crescimento em todo o mundo. Refiro-me à República da África do Sul, com cujo governo discutimos e negociámos longamente acordos e contratos que, com benefícios e vantagens mútuas (sublinhado nosso) permitiram conferir à exploração das centrais de Cabora-Bassa uma sólida base económica (...) Com plena consciência dos interesses recíprocos (sublinhado nosso) foi possível chegar a resultados finais satisfatórios para ambas as partes, manifestando, mais uma vez, a real coincidência de interesses (sublinhado nosso) subjacente a todos os países que constituem a África Austral, último baluarte da civiliza

VEN
C.P.

MOÇAMBIQUE CONSUME 300 MILHÕES Kw/h.

ção ocidental num continente trágicamente perturbado".

A real coincidência de interesses entre os burgueses sul africanos e a burguesia portuguesa não pode deixar dúvidas a ninguém, tal como a existência dum aliança militar Portugal-Rodésia-África do Sul, apesar dos desmentidos frenéticos que os governos em questão fornecem quase diariamente à imprensa mundial...

2- Para o capitalismo internacional vai a parte do leão...

A construção da barragem e da linha de transporte até à fronteira sul-africana importa em oito milhões e oitocentos mil contos (cerca de 4 vezes o custo teórico da ponte sobre o Tejo, em Lisboa) — quem financia, quem vai construir?

O consórcio ZAMCO, constituído expressamente para a execução de Cabora-Bassa, reúne 19 empresas de construção civil e electrotecnicia, que obtêm parte do financiamento necessário nos seus países respectivos, parte através de crédito à exportação.

Segundo dados fornecidos à imprensa ("Diário de Lisboa", dias 19 e 25 de Setembro de 1969), dessas 19 empresas, 3 são sul-africanas, 5 alemãs, 9 francesas, 1 italiana e 1 portuguesa.

Entre elas encontram-se alguns dos maiores potentados industriais do mundo capitalista, e da sua colaboração nesta tarefa surge um dos exemplos do que pode vir a ser em breve uma só empresa surgida de sucessivas fusões de várias unidades económicas, neste rápido caminhar para o capitalismo na sua fase capitalista tardia, concentracionária.

Encontra-se, por exemplo, no consórcio a SIEMENS da Alemanha Federal, uma das maiores firmas europeias no capital social e nos lucros, cobrindo uma gama vastíssima dentro da electrotecnicia (motores e

rádios, electrodomésticos e transformadores, desde o material clássico até às últimas inovações saídas dos seus laboratórios) a qual tem conseguido conquistar mercados enormes através da criação de fábricas e filiais noutros países para exploração de mão de obra barata e para fuga a taxas alfandegárias. Em Portugal a Siemens criou a Siemens de Portugal, Lda, empresa comercial com uma maioria de capital alemão, que se encarrega exclusivamente da venda, propaganda e manutenção do material fabricado nas diversas fábricas Siemens; e partindo de diversas empresas portuguesas à beira da falência, como a ENAE, instalou a Motra-Siemens, fábrica de motores e transformadores, no Sabugo, onde alguns milhares de operários portugueses vendem a sua força de trabalho.

Entre as 9 firmas francesas participantes na ZAMCO, estão 2 das mais importantes no domínio da electromecânica: a Alsthom e a C.G.E.; decorrem actualmente as negociações tendentes a fundir numa só estas 2 empresas, qualquer delas com importante participação americana no seu capital social. Após essa fusão, constituirão a maior empresa do ramo electromecânico em França.

Entre as restantes encontram-se empresas de dimensão europeia e das maiores do seu ramo, como a Cogalex, a A.E.G., a Voith, a Fougerolles-Limousin.

O que fica atrás dito já basta para dar uma ideia de como os grandes trusts internacionais se implantam progressivamente e cada vez mais rapidamente nas colónias portuguesas, trazendo o seu apoio activo na construção de uma economia de guerra que permitirá a Portugal em "vias de desenvolvimento" continuar a enfrentar os povos africanos em armas, acelerando para isso a exploração das riquezas naturais de África — quedas de água em Cabora-Bassa ou petróleo em Cabinda, diamantes

tes na Lunda ou ferro em Cassinga.

E todos os jazigos mineiros já descobertos na zona do Zambeze, perto de Cabora-Bassa, só esperam financiamentos e energia para comecem a ser explorados!

Cabora-Bassa é um dos muitos exemplos a mostrar a nova política do governo em relação à penetração do capital internacional nas colónias portuguesas, depois do início da luta armada em Angola, política bem diferente da anteriormente utilizada... mas as necessidades actuais da burguesia são outras.

3- ...Mas a burguesia portuguesa tem o seu quinhão na presa

A burocracia governamental portuguesa não se lança num empreendimento sem que nele assegure os super-lucros convenientes à burguesia cujos interesses defende e representa. E em Cabora-Bassa a parte que cabe à burguesia financeira e à burguesia industrial portuguesa não é para desprezar.

De facto, os banqueiros portugueses asseguram 1 milhão e 700 mil contos do financiamento do projecto, o que podem fazer seguramente graças ao impressionante aumento da acumulação de capital depois de 1963 (isto é, crescimento dos depósitos à ordem e a prazo em todos os bancos portugueses) e em particular devido à nova legislação sobre os empréstimos a médio prazo, que permite à banca comercial conceder empréstimos a médio prazo cobertos parcialmente com dinheiro dos depósitos que nela são feitos a curto prazo.

E as companhias de seguros e resseguros nas quais os materiais, trabalhadores e máquinas de Cabora-Bassa serão segurados, vão ver entrar uns milhares de contos nos seus cofres — e com certeza muitos operários acidentados na construção da barragem vão esperar longamente os subsídios de doença e si-

nistro, porque as companhias de seguros sabem bem quanto rende o capital bem aplicado! Na realidade, às companhias de seguros interessa atrasar quanto possível os pagamentos das indemnizações aos seus segurados, porque o dinheiro que elas possuem está sempre aplicado (depositado em bancos, emprestado, etc.) de modo a render bom juro, logo, quanto mais tarde pagarem indemnizações, mais tempo têm o dinheiro a render, maior é o juro que recebem. Quando as companhias seguradoras são muitas, como actualmente em Portugal, joga o mecanismo da concorrência e elas não podem abusar destes métodos porque a clientela as abandonará, escolhendo outras — mas a concentração das companhias seguradoras não deve vir longe...

Pela parte que lhes toca, alguns industriais portugueses vão arrecadar fabulosos lucros e apoiar ainda mais o governo Caetano que tais lucros lhes propicia: a Sorefame (construções metálicas) pertence como única firma portuguesa ao consórcio Zamco e a esse título participará directamente no bolo; quanto às outras indústrias, algumas terão indirectamente participação através de compras de material e de serviços em regime de sub-empregada. É esse o caso da construção civil, da metalo-mecânica e dos transportes.

Mário Ferreira, secretário-geral da Zamco, anunciou uma participação industrial portuguesa da ordem dos 2 milhões e 450 mil contos! E se se entrar em conta com o fornecimento de cimento e com a possível participação no fornecimento de condutores eléctricos em alumínio-aço, a parte do bolo poderá subir aos 4 milhões de contos...

Bem divididos (isto é, segundo a devida hierarquia) pela nossa burguesia, estes milhões de contos vão solidificar ainda mais um pouco os laços entre governo e burguesia, e entre as várias camadas da burgue-

sia — não só os "maus" monopolistas mas também os "bons" burgueses não monopolistas e os "patriotas" pequeno-burgueses que recebem os seus dinheiros da exploração colonial.

4- A fixação de colonos brancos

A barragem de Cabora Bassa, com a altura de cerca de 100 metros, vai criar um lago artificial (albufeira) com perto de 200 km de extensão para montante, que permitirá a irrigação de uma grande superfície de terrenos férteis, logo tornando possível uma exploração agrícola intensiva e altamente lucrativa.

Ora o clima desta zona do distrito de Tete é relativamente moderado, o que conduz a uma fácil aclimação do colono branco — e é nestes factos que o governo português se baseia para tentar criar uma importante base de população branca, enviando, numa primeira fase, 2 mil brancos para a construção da barragem (13), grande parte dos quais, terminada a construção, permanecerá na zona, trabalhando em indústrias de extracção mineira já previstas, e provavelmente numa segunda fase enviando famílias de agricultores para colonatos de novo modelo (tirando as lições do fracasso da colonização do Vale do Cunene e do Vale do Limpopo).

Na realidade, a zona irrigada permitirá facilmente a implantação de várias dezenas de milhar de agricultores e, nessa base de exploração agrícola intensiva, fornecer alimentos para mais de uma centena de milhar de indivíduos.

Isto já é algo com que fazer sonhar os espíritos que preconizam a ocupação branca armada das colónias como remédio para afastar os perigos da guerrilha... Não é de mais lembrar que o modelo israelita dos kibbutz de soldados (14) tem grandes adeptos entre os especialistas da colonização portuguesa.

CONCLUSÃO

E assim vai a burguesia portuguesa, aliando-se mais apertadamente com a burguesia internacional, em particular com a sul-africana; avançando no caminho do "progresso" capitalista; recolhendo a mais-valia do trabalho do proletariado e campesinato português (tanto mais quanto mais a produtividade cresce e os salários se mantêm); utilizando-os para reprimir pelas armas os povos oprimidos das colónias; fomentando as divisões tribais entre estes para melhor reinar; "liberalizando-se" politicamente, ou seja, integrando ainda mais pacificamente as suas oposições internas, burguesas e revisionistas.

No entanto, o seu caminho estará livre enquanto se defrontar apenas com as lamúrias revisionistas e os choros pacifistas. Só o povo moçambicano, unido aos povos das outras colónias portuguesas na luta pela libertação e pelo socialismo, o proletariado português conduzindo a luta das massas trabalhadoras pelo socialismo e pelo comunismo, integrados na grande luta do proletariado e dos povos oprimidos de todo o mundo, destruirão a dominação da burguesia, numa onda invencível, por mais altas que sejam as Cabora-Bassas e outras barragens!

Como em 1968 afirmou o camarada Mao-Tse-Tung, apoiando a luta do povo negro norte-americano, contra a repressão violenta: "Presentemente, a revolução mundial entrou numa nova era. A luta dos negros norte-americanos pela sua emancipação é um dos componentes da luta geral dos povos de todo o mundo contra o imperialismo norte-americano, faz parte da revolução mundial contemporânea. Eu apelo para que os operários, camponeses e intelectuais revolucionários de todos os países e todos os que queiram combater o imperialismo norte-americano pas-

sem à acção e apoiem poderosamente a luta dos negros dos Estados Unidos! Povos de todo o mundo, uni-vos ainda mais estreitamente e lançai uma persistente e vigorosa ofensiva contra o nosso inimigo comum, o imperialismo ianque e os seus cúmplices!

Pode-se dizer com convicção que o desmoronamento total do colonialismo, do imperialismo e de todos os sistemas de exploração e a completa emancipação de todos os povos e nações oprimidas do mundo já não está longe".

NOTAS

(1) Por exemplo com a venda de minerais estratégicos como o volfrâmio ou de artigos alimentares como as conservas, aos beligerantes. O ministro fascista da economia durante os anos seguintes à guerra, Daniel Barbosa, diz em 1949 no seu livro "Alguns aspectos da economia portuguesa": "essa acumulação de reservas não traduz nem previsão, nem orientação, nem trabalho; representa, unicamente, uma consequência imprevisível da guerra, a traduzir-se em vantagens graças à posição com que nos conseguimos manter nela". Fica assim bem definido o estado de avanço do capitalismo português.

(2) Os produtos que por falta de qualidade, preços elevados, propaganda insuficiente ou outra razão das muitas possíveis, não podiam competir com produtos similares estrangeiros nos mercados europeus ou portugueses, podiam usufruir duma atenuação enorme da concorrência no mercado colonial devido às taxas alfandegárias enormes com que o governo português dificultava a entrada de produtos estrangeiros nas colónias.

(3) Este desenvolvimento industrial, que se apoia bastante, do ponto de vista jurídico, nas possibilidades abertas pela lei 2.005 que regula a política de industrialização, foi possível à burguesia portuguesa porque como bem frisou o antigo ministro da economia Correia de Oliveira: "...assentámos o fomento industrial em salários baixos, e estes, numa alimentação barata, e esta, na fixação e no congelamento, por longos períodos, dos preços para os produtos agrícolas..."

(4) Os estivadores negros do porto de Bissau em greve, fizeram um desfile — a repressão fez 50 mortos e numerosos "desaparecidos" naquele 3 de Agosto que é agora o dia nacional do povo guineense.

(5) Fazendo ressalva daqueles sectores e dirigentes reaccionários que em certas organizações estavam vendidos ao imperialismo norte-americano e, mais tarde, como era de esperar acabaram colaborando com o governo português. Esta questão é particularmente importante no caso angolano e faz-se agora sentir também claramente em Moçambique: não é no entanto a ocasião para a abordar.

(6) M.P.L.A. — Movimento Popular para a Libertação de Angola
U.P.A. — União das Populações de Angola
P.A.I.G.C. — Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
FRELIMO — Frente de Libertação de Moçambique
U.N.I.T.A. — União Nacional para a Independência Total de Angola
São Paulo: uma das cadeias de Luanda.

(7) Frase de Salazar no seu discurso que anuncia o envio de soldados portugueses para reprimir a revolta que crescia em Angola depois de 15 de Março de 1961.

(8) A indústria de material de guerra pesado em Portugal tem importância no capítulo naval: os estaleiros navais do Mondego e de Viana do Castelo construíram uma apreciável parte das lanchas de desembarque de vários tipos e tonelagens que a marinha portuguesa adquiriu.

(9) Trusts: conjunto de grandes empresas que, através da sua associação, dominam o mercado de um ou vários produtos num país, conjunto de países ou mesmo à escala mundial, e que podem ditar e fixar preços de compra ou venda.

Trusts financeiros: trusts compostos por bancos que fazem empréstimos elevadíssimos, fixando condições de juros e formas de pagamento nos empréstimos internacionais.

(10) A Krupp alemã explora o minério de ferro de Cassinga em Angola, a Pechiney francesa ocupa-se do alumínio de Angola, a Gulf-Oil pesquisa e extrai petróleo em Cabinda, a mesma Gulf-Oil, bem como a Pan American Oil, o grupo Sunray e o grupo Aquitaine fazem a prospecção e a extracção de petróleo em Moçambique.

(11) A base aérea de Beja é construída para a Alemanha, as oficinas de material aeronáutico de Alverca são utilizadas na manutenção de aviões de treino alemães.

(12) O "apartheid" consiste na separação das raças, com predomínio estabelecido da raça branca, na prática e na lei, com bairros, meios de transporte, diversões, instalações sanitárias, etc., separadas para brancos e não brancos.

(13) No momento em que a mão de obra escasseia claramente em Portugal, os fascistas são obrigados a recorrer à mão de obra portuguesa emigrada na Europa, oferecendo salários necessariamente mais elevados que os praticados actualmente em Portugal, e propondo provavelmente condições que favoreçam uma fixação posterior, o ministro das colónias respondendo a uma entrevista afirmou: "...este ministério estuda com o maior empenho a criação de condições para a fixação de emigrantes que queiram ganhar a vida nas províncias ultramarinas".

(14) Kibbutz são aldeias israelitas organizadas numa forma cooperativa que actualmente perderam muitas das suas características iniciais; os kibbutz de soldados têm como habitantes soldados que produzem e simultaneamente se procuram opor à penetração dos comandos palestinos que tentam libertar a sua terra. Estes soldados agricultores (numa mão a espingarda e noutra o tractor) encontram-se principalmente nos territórios ocupados pelo imperialismo israelita depois da "guerra dos seis dias".

OS REVISIONISTAS SOVIÉTICOS E OS FASCISTAS IBÉRICOS

DÃO-SE AS MÃOS

Desde há alguns anos que os revisionistas soviéticos pretendem estabelecer relações diplomáticas com os governos fascistas da Espanha e de Portugal. Dentro desta linha de "coexistência pacífica" têm sido vendidas as armas com que o governo pró-imperialista do Camboja reprime a guerrilha marxista-leninista que luta pela libertação desse país; a guerrilha venezuelana não impede o governo soviético de proceder a diligências com vista ao restabelecimento das relações diplomáticas com o governo ultra-reaccionário da Venezuela; o governo da Alemanha federal, que vende aos colonialistas portugueses as armas com que estes tentam subjugar a revolução dos povos africanos, é saudado pelos dirigentes soviéticos como um governo desejoso de paz!

A este nunca mais acabar de exemplos vem-se juntar a visita "turística" que quinze "personalidades" da URSS fizeram ao nosso país em meados de Abril do ano passado. Entre elas, um membro do Soviete Supremo, para conferir à visita um carácter officioso; e, para culminar a trição, um general que há trinta e três anos combateu ao lado do povo espanhol em luta contra o fascismo, e que vem agora render a sua homenagem ao governo que enviou em ajuda de Franco os milhares de fascistas da "Legião Viriate" e mandava os comunistas portugueses para serem fuzilados em Badajoz. Os jornais noticiaram a chegada e os passeios dos quinze revisionistas, a sua admiração pelo Aquário, pelo fado, pelo monumento das descobertas e pelo "ar sensato" da juventude. E o "Avante" revisionista, no seu número de Maio, logo se apressou a comentar: "Há que insistir e vencer a resistência e oposição do governo fascista, alargando as possibilidades já abertas por estes contactos". "Possibilidades", para quê? Para a revolução popular em Portugal? Ou para a aliança e o bom-entendimento entre o governo da burguesia portuguesa e o governo revisionista da nova burguesia russa?

O interesse económico de tais contactos não é segredo para ninguém. Em Junho de 1969, assinou-se o primeiro acordo económico entre a URSS e a Espanha fascista. Trata-se de um acordo de "cooperação técnica" entre o INSTITUTO MÉDICO FARMACEUTICO INTERNACIONAL S.A., de Maiorca, e o VSESOJUZOJE EXPORTNO-IMPORTNEJE OBJEDINENIJE, de Moscovo, para o fabrico de especialidades farmacêuticas sob licença do Instituto Politécnico do Ural e do Instituto de Estado para a Investigação Científica, Química e Farmacêutica.

Separados das massas trabalhadoras do seu país, os dirigentes revisionistas soviéticos estreitam os laços com as grandes empresas capita-

listas e com os governos da burguesia, procurando o apoio de que precisam para continuar a opressão do proletariado russo. E o grande capital, abertas as portas do mercado soviético, conta com super-lucros ainda mais gigantescos, o que permite, mediante a concessão de algumas migalhas aos revisionistas, agravar a exploração da classe operária. O namoro entre Brejnev e Marcelo ainda mal começou, mas o partido de Cunhal, fiel representante dos interesses da burguesia liberal portuguesa e intérprete da nova burguesia russa, acha pouco e quer "alargar as possibilidades já abertas"...

O proletariado não quer ser explorado, chamem-se os patrões fascistas ou revisionistas. O proletariado quer a socialização dos meios de produção, e não acordos económicos que só fortalecem as posições do capitalismo. O proletariado não entende que sejam uma ajuda à sua luta pelo comunismo as excursões "turísticas" dos convidados da burguesia.

Camaradas: cada vez é mais estreita a aliança entre os governos fascistas de Portugal e Espanha e o governo revisionista da URSS. Ao lado da classe operária espanhola e da classe operária soviética, ao lado dos trabalhadores de todo o mundo, lutemos contra o bloco fascista-revisionista, lutemos pelo comunismo!

DUAS NOTAS

As dificuldades de toda a ordem com que o nosso trabalho se depara fazem com que seja demasiado longo o espaço que vai da redacção do jornal à sua publicação e distribuição. Incomparavelmente mais veloz é a evolução da aliança dos revisionistas e dos social-democratas com os fascistas... o que nos leva a fazer dois acrescentamentos necessários.

I

O namoro entre o governo fascista espanhol e o governo revisionista soviético já não se contenta com simples acordos sobre especialidades farmacêuticas. Quer algo de mais sólido e estável. Enquanto, por um lado, a burguesia espanhola estreita os seus laços com a burguesia europeia, aproximando-se do Mercado Comum, consolida, por outro lado, a sua aliança com o revisionismo: em Dezembro passado, Lopez Bravo, ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, encontrou-se secretamente em Moscovo com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Kovaliev.

Pouco tempo depois, os embaixadores da Espanha fascista e da Hungria revisionista em Paris encetaram conversações para o estabelecimento de relações entre os dois governos. Nesse sentido, o conselho de ministros espanhol, em 23 de Janeiro deste ano, aprovou o decreto que cria a representação consular e comercial de Espanha em Budepeste.

Note-se ainda que a Espanha já possui representações consulares e comerciais junto ao governo revisionista da Polónia e ao da Roménia, ten-

cionando estendê-las a outros países revisionistas, em particular à Checoslováquia, como afirmou (13 de Fevereiro) a agência espanhola de informação EFE.

Assim, os dirigentes revisionistas checos, enquanto afastam com grande propaganda os antigos dirigentes ultra-revisionistas como Dubcek, apregoando o regresso do partido ao "bom caminho", projectam estabelecer relações diplomáticas com a Espanha fascista e continuam a explorar e reprimir o proletariado checoslovaco.

Quando, em Maio próximo, Marcelo Caetano visitar a Espanha, as suas conversações com os governantes fascistas daquele país não deixarão de incidir também, como é óbvio, sobre a possível abertura diplomática do fascismo português aos países revisionistas.

II

Quanto ao afastamento dos analfabetos do direito de voto, novos factos surgiram confirmando o que dizíamos, páginas atrás, no artigo sobre movimentação política da burguesia no período eleitoral. Para melhor entendermos a questão, recuemos um pouco no tempo:

Em 1963, pressionado por inúmeras críticas de militantes revolucionários que nessa altura se encontravam ainda integrados no partido revisionista, Álvaro Cunhal tenta demagógicamente "uma saída", procurando ocultar à sua ideologia revisionista com um fraseado pseudo-revolucionário. Como grande parte das críticas incidiam sobre o abandono da aliança operária-camponesa pelos revisionistas, Cunhal tenta mistificar a questão, dizendo: "é também expressão da aliança (do proletariado com o campesinato) a acção unitária do Partido Comunista e de dirigentes democráticos que, embora muitas vezes tidos por representantes da intelectualidade, representam social e politicamente certas camadas do campesinato" (Resolução do comité central sobre a linha política e táctica do partido", em "O Militante" de Outubro de 1963, pag. 4). Esta mesma formulação aparece transcrita sem alterações no relatório de Cunhal de Abril de 1964, "Rumo à vitória" (capítulo 9, 1ª parte). Isto é, na realidade: os revisionistas entregam o campesinato à direcção política de "certos dirigentes democráticos... muitas vezes tidos por representantes da intelectualidade", que não são mais que políticos da burguesia liberal e social democrata, advogados e médicos de provincia, na maior parte dos casos proprietários semi-feudais, que exploram a força de trabalho dos assalariados rurais e jornaleiros.

É esta uma das condições que a burguesia liberal impõe para a constituição da sua aliança com os revisionistas. Dominando politicamente no campo, especialmente nas zonas de pequena e média propriedade do centro e norte do país, os políticos burgueses radicais dispõe de uma força suplementar que lhes é da maior utilidade. Até agora, a política da burguesia liberal quanto ao campesinato tem consistido em mantê-lo na maior apatia. Nisto, os revisionistas, seus aliados, apoiam-nos inteiramente, pois a condição necessária à sua sobrevivência como "dirigentes do proletariado" é a apatia e ignorância das grandes massas proletárias e camponesas. Por outro lado, a inércia política dos assalariados agrícolas, dos jornaleiros e dos camponeses pobres é condição necessária à sobrevivência da classe dos proprietários semi-feudais, onde se recrutam esses "dirigentes democráticos... muitas vezes tidos por representantes da in-

telectualidade"— porque quando o proletariado e o campesinato estiverem unidos numa organização autónoma, sob a direcção do partido do proletariado, defrontando o capital na luta pelo socialismo, estes senhores "dirigentes democráticos" serão arrumados rápidamente nas prateleiras poeirentas do passado.

É nesta perspectiva que temos de entender o apoio dado pela burguesia liberal e social-democracia à nova legislação fascista que proíbe os analfabetos de votarem. O advogado José Magalhães Godinho, uma das mais importantes figuras do partido de Mário Soares, vai mais longe até: "...não podemos admitir a classe privilegiada que a lei 2137 cria, concedendo direito de inscrição aos analfabetos que alguma vez tenham estado recenseados. ...distinguir entre o analfabeto que já esteve inscrito e aquele que nunca o foi...é inadmissível" (no "Diário de Lisboa" de 6 de Janeiro de 1970). Pretende assim este senhor que se retire o direito de voto a todos os analfabetos, mesmo àqueles que já alguma vez tenham votado. E apoia-se em dois argumentos: diz, muito "ingenuamente", que proibindo-se os analfabetos de votarem se incentiva a luta contra o analfabetismo. Como se este senhor não soubesse que o analfabetismo depende das condições miseráveis em que vivem os trabalhadores; que depende da falta de escolas, da necessidade de se começar a ganhar a vida aos cinco e seis anos, da necessidade de se começar a vender a força de trabalho na idade em que os filhos dos burgueses vão aos jardins-escolas. O segundo argumento invocado é o de que um analfabeto pode ser enganado, trocando-se a lista em que queria votar por outra lista em que queria votar por outra lista. Nós perguntamos se o saber ler e escrever, só por si, impede o povo de ser enganado pelo governo e pela social-democracia? Se basta saber ler e escrever e contar para se possuir uma formação política revolucionária? Não, essa formação política revolucionária não a vão dar as "campanhas de alfabetização" fascistas nem as manobras da social-democracia, ajudando o governo a amordaçar o campesinato. Sabendo ler ou analfabetos, os camponeses serão sempre enganados enquanto os revisionistas os mantiverem sob a alçada política da burguesia liberal. Sabendo ler ou analfabetos, os operários serão sempre enganados enquanto se deixarem iludir pela demagogia revisionista. Será a aliança operário-camponesa — a aliança do proletariado com os jornaleiros e camponeses pobres —, dirigida pelo partido comunista revolucionário, que desencadeará a guerra do povo contra o fascismo e a burguesia e implantará o socialismo. José Magalhães Godinho e os demais burgueses liberais e caciques políticos de província verão então o que lhes custa a acção política dos explorados que, analfabetos ou não, usarão as armas que a educação revolucionária lhes dá — sobrepondo-se e varrendo a presença ou mesmo a ausência da "cultura" burguesa — contra a dominação capitalista.